

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Aline Blum

**O processo de patrimonialização do “Theatro Adolpho Mello” (São José - SC)**

Florianópolis  
2019



Aline Blum

**O processo de patrimonialização do “Theatro Adolpho Mello” (São José - SC)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharela e Licenciada em História.

Orientador: Pedro Mülbersted Pereira.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Blum, Aline

O processo de patrimonialização do "Theatro Adolpho Mello"  
(São José - SC) / Aline Blum ; orientador, Pedro  
Mülbersted Pereira, 2019.

72 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,  
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Theatro Adolpho Mello (TAM). 3.  
Patrimônio Cultural. 4. Patrimonialização. 5. Descaso. I.  
Mülbersted Pereira, Pedro . II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às catorze horas, na sala 10 do Departamento de História, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Pedro Mülbersted Pereira (Orientador e Presidente); Prof.ª Inês Cordeiro Gouveia (Titular); Prof.ª Janine Gomes da Silva (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 92 /HST/CFH/2019, a fim de argüirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do(a) Acadêmico(a) **Aline Blum**, intitulado "O processo de patrimonialização do "Theatro Adolpho Mello" (São José-SC)". Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, a Acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Pedro Mülbersted Pereira, nota 09, Prof.ª Inês Cordeiro Gouveia, nota 09, Prof. Janine Gomes da Silva, nota 09, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 09. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 5 de dezembro de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.  
Florianópolis, 28 de novembro de 2019

Prof. Pedro Mülbersted Pereira (Orientador): *Pedro Mülbersted Pereira*

Prof.ª Inês Cordeiro Gouveia (Titular): *Inês Cordeiro Gouveia*

Prof.ª Janine Gomes da Silva (Suplente): *Janine Gomes da Silva*

Candidata: Aline Blum: *Aline Blum*



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
Campus Universitário Trindade  
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina  
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que a acadêmica Aline Blum, matrícula n.º 13201550, entregou a versão final de seu TCC cujo título é: **O processo de patrimonialização do "Theatro Adolpho Mello" (São José - SC)**, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2020.

Pedro Mülbersted Pereira

Orientador

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, pelos ensinamentos de vida, pela educação que me proporcionaram, pelo incentivo e apoio incondicional.

Às minhas irmãs, Lais, Ingrid e Heloisa, por sempre estarem comigo em todos os momentos.

Aos meus colegas do curso de História, principalmente a Jane, Jéssica, Mariana e Regina. pelas conversas, desabafos e apoio.

Às minhas colegas de trabalho, pelo apoio e incentivo.

Ao Arquivo Público Municipal de São José e à Biblioteca Pública de Santa Catarina, pelo acesso a documentos e periódicos.

À Universidade Federal de Santa Catarina, pela oportunidade e pelo crescimento pessoal e profissional que me proporcionou.

Agradeço ao professor Elison Antonio Paim, por me incentivar a trabalhar com a temática que propus, pela ajuda na disciplina ‘Projeto de Pesquisa Histórica’ e pela indicação de Pedro Mülbersted Pereira para orientador.

Agradeço ao meu orientador, Pedro Mülbersted Pereira, por seu empenho em me proporcionar uma boa experiência de Trabalho de Conclusão de Curso, pelas dicas e sugestões no desenvolvimento do trabalho e por ter aceitado o desafio de me orientar.





## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como propósito discutir o processo de patrimonialização do Theatro Adolpho Mello (TAM), localizado no Centro Histórico de São José, e a relação desse patrimônio com a comunidade josefense. A narrativa apresentará a trajetória de pesquisa e a busca por documentos para compor o presente trabalho; analisará a seleção do TAM como patrimônio cultural; os valores que ele representa; a trajetória da legislação de São José, do Plano Diretor; como os agentes envolvidos com o teatro aparecem nos jornais; e a relação da comunidade com esse bem tombado/patrimonializado. Para realizar essa discussão, trabalho com o conceito de patrimônio cultural, de acordo com Abreu e Chagas (2003), Canani (2005), Gasparini (2005), Machado e Pereira (2008), com o conceito de educação patrimonial, segundo Albuquerque (2012), Cavalcanti, Feitosa e Mota (2015) e Demarchi (2018) e com o conceito de patrimonialização de Castro e Tavares (2016). Foram utilizadas como fontes: o Plano Diretor de 1985, assim como as novas propostas de PDs de 2004 e 2016; o Decreto Oficial de tombamento do Theatro Adolpho Mello; as Correspondências e ofícios da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José acerca da escritura do Theatro Adolpho Mello; notícias de jornais a respeito do TAM; e entrevistas concedidas ao blog “Memória Adolpho Mello”. O trabalho foi dividido em dois capítulos: no primeiro, apresenta-se um breve histórico da trajetória do Theatro Adolpho Mello, com o intuito de compreender a “escolha” dele como Patrimônio Histórico Cultural de São José, e as políticas públicas de São José. No segundo capítulo, aborda-se o processo de tombamento do Theatro Adolpho Mello a nível municipal, suas motivações e interesses e o uso que se faz do patrimônio posteriormente ao seu tombo. Sendo assim, a pesquisa demonstrou que o processo de patrimonialização do Theatro Adolpho Mello ocorreu em meio a políticas públicas defasadas, jogos de interesses e descaso com o patrimônio.

**Palavras-chave:** Theatro Adolpho Mello (TAM); Patrimônio Cultural; Patrimonialização; Descaso.



## ABSTRACT

The purpose of this Course Conclusion Paper is to discuss the process of patrimonialization of the Adolpho Mello Theater (TAM), located in the Historic Center of São José, Santa Catarina, Brazil, and the relationship of this heritage with the Josefense (São José residents) community. The narrative will present the research trajectory and the search for documents to compose the present work; analyzed the selection of TAM as a cultural heritage; the values it represents; the trajectory of the São José legislation of the City Master Plan; how the agents involved with the theater appear in the newspapers and the relationship of the community with this consideration as a monument/patrimonialized. To conduct this discussion I work with the concept of cultural heritage, according to Abreu and Chagas (2003), Canani (2005), Gasparini (2005), Machado and Pereira (2008), with the concept of heritage education, according to Albuquerque (2012); Cavalcanti, Feitosa and Mota (2015) and Demarchi (2018) and with the concept of heritage of Castro and Tavares (2016). The following sources were used: the 1985 City Master Plan, as well as the new 2004 and 2016 City Master Plan proposals; the official decree of the “Theatro Adolpho Mello”; the correspondences and letters from the São José Municipal Foundation for Culture and Tourism about the “Theatro Adolpho Mello” scripture; newspaper news about TAM and interviews given to the blog “Memória Adolpho Mello”. The work was divided into two chapters, the first presents a brief history of the trajectory of the Adolpho Mello Theater, in order to understand his “choice” as São José Cultural Historical Heritage and the public policies of São José. The second chapter discusses the process of the Theatro Adolpho Mello being listed as a monument at municipal level, its motivations and interests, and the use made of the heritage after its collapse. Thus, the research showed that the "Theatro Adolpho Mello" patrimonialization process took place in the midst of outdated public policies, games of interest and disregard for heritage.

**Keywords:** Adolpho Mello Theater (TAM). Cultural heritage. Patrimonialization. Neglect.



## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| <b>FIGURA 1-</b> Theatro Municipal de São José, entre 1925-30. ....              | 18 |
| <b>FIGURA 2-</b> Theatro Adolpho Mello – 2019. ....                              | 20 |
| <b>FIGURA 3-</b> Entrepasto Comercial da Praia Comprida – Demolido em 2010. .... | 39 |
| <b>FIGURA 4-</b> Capa da Cartilha do Patrimônio Histórico de São José. ....      | 40 |
| <b>FIGURA 5-</b> Modelos de Correspondências. ....                               | 41 |
| <b>FIGURA 6-</b> Mapa Patrimônio Cultural – SJ. ....                             | 52 |
| <b>FIGURA 7-</b> Projeto Conhecer São José. ....                                 | 54 |
| <b>FIGURA 8-</b> Feira da Freguesia. ....  | 57 |



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APC - Área de Preservação Cultural

AGT - Associação de Grupos Teatrais

BMSJ - Biblioteca Municipal de São José

BPSC - Biblioteca Pública de Santa Catarina

CIC - Centro Integrado de Cultura

FMCT/SJ - Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José

FRBL - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados

GRANFPOLIS - Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPIUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

MPSC - Ministério Público de Santa Catarina

PD - Plano Diretor

PDSJ - Plano Diretor de São José

PDVI - Política de Desenvolvimento e Valorização da Identidade

PMSJ - Prefeitura Municipal de São José

PPDPSJ - Proposta de Plano Diretor Participativo de São José

PPDSJ - Proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor do Município de São José

SDU - Sistema de Desenvolvimento Urbano

SERPPAC - Serviço de Proteção ao Patrimônio Artístico e Cultural

SPHAM - Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município

SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUSP - Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos de São José.

TAM - Teatro Adolpho Mello

TAC - Teatro Álvaro de Carvalho

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso





## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>11</b> |
| <b>CAPÍTULO 1: A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO THEATRO ADOLPHO MELLO E AS IMPLANTAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO .....</b> | <b>17</b> |
| 1.1 O SURGIMENTO DO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ- SC.....   | 17        |
| 1.2 O RETORNO COMO THEATRO ADOLPHO MELLO .....   | 19        |
| 1.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO EM SÃO JOSÉ –SC .....   | 24        |
| <b>1.3.1 Planos Diretores.....</b>   | <b>26</b> |
| <b>CAPÍTULO 2: O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL DO THEATRO ADOLFO MELLO.....</b>                               | <b>32</b> |
| 2.1 O TOMBAMENTO DO THEATRO ADOLPHO MELLO .....  | 32        |
| <b>2.1.1 O decreto emergencial de tombamento .....</b>   | <b>35</b> |
| <b>2.1.2 O tombamento protege ou não o patrimônio? .....</b>   | <b>38</b> |
| 2.2 O DESCASO COM O PATRIMÔNIO: THEATRO ADOLPHO MELLO .....  | 42        |
| <b>2.2.1 A escritura do teatro.....</b>  | <b>44</b> |
| 2.3 OS USOS DO THEATRO ADOLPHO MELLO .....   | 47        |
| 2.4 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ALIADA NA PRESERVAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS.....   | 50        |
| <b>2.4.1 O Projeto Conhecer São José .....</b>   | <b>53</b> |
| <b>2.4.2 A Feira da Freguesia .....</b>  | <b>56</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>60</b> |
| <b>FONTES .....</b>  | <b>63</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>66</b> |
| <b>ANEXO 1 - Decreto nº 18.706/2005 “ Theatro Adolpho Mello” .....</b>   | <b>70</b> |
| <b>ANEXO 2 - Parecer da Prefeitura Municipal de São José - Tombamento Theatro Adolpho Mello – 2005.....</b>                      | <b>71</b> |



## INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar o Theatro Adolpho Mello (TAM) iniciou-se a princípio como uma curiosidade, pois sempre que passava, de ônibus, em frente ao Centro Histórico de São José, a caminho para o trabalho, me perguntava o que seria aquele edifício sempre fechado com tapumes. Procurei por notícias e descobri que se tratava de um teatro, o mais antigo de Santa Catarina, com sua estrutura ainda de pé, e que estava fechado para reformas desde 2013. A partir desse momento, iniciei uma pesquisa sobre a história do Theatro Adolpho Mello, e descobri que ele foi tombado municipalmente em 2005, juntamente com outras edificações do Centro Histórico de São José, mas que sofria com o descaso ao patrimônio histórico cultural, assim como tantos outros patrimônios do Estado Catarinense. A primeira coisa que senti foi consternação, por esse espaço estar fechado e pela comunidade não poder usufruí-lo, e nesse momento surgiu um dos meus primeiros questionamentos: qual o uso que se faz do patrimônio após o tombamento?

A literatura existente sobre o Theatro Adolpho Mello é escassa e voltada sobretudo à história do teatro ao longo dos anos. O primeiro trabalho analisado foi um livro de autoria de Gilberto Gerlach e Osni Machado (2007), intitulado *São José da Terra Firme*. Nesse livro, os autores narram a história e a formação do município de São José (1750 a 1981), por meio de pesquisa, contendo fotografias, periódicos e documentos oficiais do município. Dentro da literatura, essa é a obra referencial sobre a trajetória histórica do Theatro Adolpho Mello.

Durante a pesquisa bibliográfica, não foi encontrada nenhuma obra publicada que abordasse o Theatro Adolpho Mello como um patrimônio histórico cultural de São José, ou ainda que discutisse o tombamento/processo de patrimonialização do Theatro, o que aumentou o interesse em elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que abordasse essa temática. Diante da escassez de literatura, foi necessário ampliar o recorte espacial, que estava voltado especificamente ao Theatro Adolpho Mello, e passar a se direcionar também ao espaço em que está inserido o teatro, o Centro Histórico de São José.

Após a ampliação do espaço de pesquisa bibliográfica, foi analisada a dissertação de mestrado de autoria de Tatiana Cristina Silva (2006), intitulada *Centro Histórico de São José: patrimônio e memória urbana*. Nessa pesquisa, a autora traz o Centro Histórico de São José (SC) como um espaço simbólico, que confere singularidade e identidade à cidade, mas que gradualmente vai perdendo as características que o mantinham como centro urbano, após a expansão da cidade. Discute também a expansão da cidade de São José e sua relação com o Centro Histórico e seus patrimônios e também qual o papel do Centro Histórico em 2006.

Também foi investigado o TCC de autoria de Rodrigo de Souza Fagundes (2013) intitulado *Um Museu em um centro histórico: correlações do Museu Histórico Municipal de São José, com o Centro Histórico de São José/SC*. Esse trabalho busca entender e investigar uma série de questões sobre o Museu Histórico Municipal de São José, no que tange a sua relação, interação e interpretação junto ao Centro Histórico de São José, perpassando por identidade, centralidade, patrimônio, memória e Museologia. Essa pesquisa traz elementos que discutem a relação de patrimônio e o seu entorno, o que possibilita pensar que o Theatro Adolpho Mello, patrimônio histórico cultural de São José, não deve ser pensado dissociado dos outros patrimônios que formam o Centro Histórico, pois nessa dinâmica é possível tentar entender a relação desse patrimônio com a comunidade josefense.

Ainda foi examinada a dissertação de mestrado de autoria de Rafaella Krüger Corrêa (2007), intitulada *São José – SC: Dimensões do lugar enquanto espaço de produção e consumo de atividades de lazer e turismo na Grande Florianópolis*. Esta pesquisa aborda o Lazer e o Turismo no Município de São José - SC, e tem como foco o (re)conhecimento dos espaços de produção e consumo daquelas potencialidades para o lugar e sua inserção regional. Em um dos seus capítulos, “(Re)conhecimento dos espaços de produção e consumo de lazer e turismo: as potencialidades do município de São José – SC”, a pesquisa traz possíveis atrativos locais que fomentariam o turismo, e o Centro Histórico de São José aparece como um atrativo histórico-cultural. Especificamente, esse capítulo permite refletir até que ponto essas manifestações histórico-culturais estão associadas a ações que visam o desenvolvimento turístico e qual a relação desse fomento turístico com o tombamento municipal, em 2005, de grande parte das edificações do Centro Histórico de São José, inclusive do Theatro Adolpho Mello.

Averigui também o artigo de Joana Célia dos Passos, João Carlos Nogueira e Tatiana Tomázia do Nascimento (2016), intitulado *O patrimônio cultural afro-brasileiro: São José, um estudo de caso*, publicado pela Revista de Estudos Históricos, que aponta os resultados de um estudo de caso que teve como objetivo analisar como e o que tem sido considerado pelo poder público bem patrimonial da população afro-brasileira no município de São José - SC. Esse artigo apresenta elementos para a discussão acerca do que é considerado bem patrimonial e qual a relação da comunidade com esses bens.

Outra pesquisa analisada, embora não aborde especificamente o Theatro Adolpho Mello ou um tombamento de um patrimônio de São José, é a dissertação de mestrado de autoria de Pedro Mülbersted Pereira (2016), intitulada *O processo de patrimonialização da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim: Discursos, restauro, usos (1970 – 1992)*. Este

trabalho discorre sobre o processo de patrimonialização da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim e toda a dinâmica que o envolveu. Para isso, apresenta o patrimônio como um campo de mudanças e permanências, não como um valor absoluto, mas como um termo que evoca diferentes sentidos e ainda problematiza qual o uso e o consumo que se dá ao patrimônio. Esse estudo permite pensar nas ações que consagram o processo de um bem em patrimônio e as ações após esse tombamento, questionando a respeito de quem e para quem fala o patrimônio e o uso que se faz desse patrimônio posteriormente ao seu tombamento.

A partir dessas leituras, questionamentos foram surgindo: Por que o tombamento do Theatro Adolpho Mello a Patrimônio Histórico Cultural aconteceu no ano de 2005 e também de outras edificações do Centro Histórico de São José? Existe alguma relação dessa patrimonialização com o Plano Diretor de São José de 2004? Poderia essa patrimonialização do Centro Histórico (2005) ser um fomento turístico de São José? De que e para quem fala esse patrimônio? Qual o uso que a comunidade josefense faz desse patrimônio? Qual a relação da comunidade josefense, já que o teatro encontra-se fechado desde 2013 para reforma? Com o intuito de responder a essas inquietações, iniciei a minha busca por fontes.

A procura por fontes iniciou-se ainda na disciplina de Projeto de Pesquisa realizada em 2018, de forma bem rudimentar, procurando na internet notícias nos jornais sobre a situação do Theatro Adolpho Mello (que se encontra nesta data ainda interditado, e em reforma). Pretendendo fazer uma procura mais minuciosa das fontes, me dirigi ao Arquivo Histórico Municipal de São José no dia 24 de setembro de 2018, com o objetivo de procurar informações a respeito do Theatro Adolpho Mello e do seu processo de tombamento municipal. Ao narrar que realizaria um trabalho sobre Theatro Adolpho Mello e que estava procurando informações sobre o teatro, a pessoa responsável pelo Arquivo Municipal de São José prontamente me apresentou a obra de Gilberto Gerlach e Osni Machado, *São José da Terra Firme*, (que já fazia parte das minhas referências para a pesquisa), dirigindo-se a ela como a obra referencial sobre o teatro e tudo que tinham sobre ele estava naquela obra. Um tanto surpresa pela sua fala, lhe expliquei que precisava de outras informações além do que estava naquele livro, pois a obra narra os eventos de 1854 a 1981, e meu trabalho pretendia analisar eventos mais recentes a respeito do Theatro Adolpho Mello. Desacreditado de que haveria informações recentes no Arquivo, lembrou-se que havia um caderno antigo sobre os arrendamentos do teatro, e que poderia me mostrar. Dirigimo-nos até o Arquivo e lá pude encontrar uma pasta escrita “Escritura do Teatro”, que não pertencia ao Arquivo Histórico Municipal de São José, e sim à Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José (FMCT/SJ). Foi solicitada a autorização da Fundação para verificarmos a documentação que

havia, tratava-se de correspondências da FMCT/SJ acerca da escritura do teatro. Sendo assim, essas correspondências passaram a fazer parte do corpo documental dessa pesquisa.

Consciente de que para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso eu precisaria de fontes diversas, retomei a busca me dirigindo à Biblioteca Pública de Santa Catarina em 19 de março de 2019, com o intuito de encontrar matérias de jornais entre 1979 a 2000 que tratassem sobre o Theatro Adolpho Mello, lacuna deixada entre a obra *São José da Terra Firme* e as notícias disponíveis na internet. A Biblioteca Pública de Santa Catarina dispunha de uma pasta somente com recortes de jornais sobre o Theatro Adolpho Mello, o que me deixou bem impressionada, facilitando o acesso a essas fontes; além dessa pasta, também verifiquei outros jornais disponíveis.

Em vista do volume razoável de notícias de jornais que referem-se ao TAM que agora possuía, parti em busca de informações acerca do tombamento do Theatro Adolpho Mello. Como ele é tombado municipalmente, resolvi procurar informações na Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, que é responsável atualmente pelos patrimônios de São José. Dirigi-me à FMCT/SJ no dia 25 de março de 2019; chegando lá, narrei que estava fazendo uma pesquisa e que precisava de informações acerca do teatro, e me sugeriram que fosse ao Arquivo Histórico do Município, que fica ao lado da FMCT/SJ, pois somente lá poderia encontrar informações a respeito disso. Apesar de já ter ido ao Arquivo, aceitei a sugestão na esperança de poder encontrar algum outro material por lá. A mesma história se repetiu, disseram-me que tudo que há sobre o teatro está no livro do Gilberto Gerlach e Osni Machado, e mais nada, a diferença é que dessa vez nem no Arquivo consegui entrar.

A senhora que me acompanhou até o Arquivo Municipal sugeriu que poderíamos encontrar alguma informação com a direção do Theatro Adolpho Mello ou com a superintendente da FMCT/SJ. Segundo a direção, eles não tinham nenhuma informação sobre o tombamento do teatro, pois já fazia um tempo que foi tombado, e a superintendente da FMCT/SJ afirmou que o único documento que possuíam era o decreto do tombamento (que eu já o tinha em mãos) e que a gestão anterior não passou nada para ela a respeito do tombamento.

Como o TAM ficou sobre a guarda da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) por um período, enviei um e-mail para o setor de patrimônio da FCC solicitando uma visita para pesquisar informações a respeito do TAM. De acordo com a responsável pelo setor, a FCC não tinha documentos escritos sobre o respectivo teatro enquanto estava sob sua responsabilidade, somente fotos da época, e que eu poderia ter acesso se assim desejasse. A

informação que tinham disponível era a solicitação de pedido de tombamento a nível estadual do Theatro Adolpho Mello, realizada pela Prefeitura Municipal de São José.

A dificuldade de acesso a fontes acontece mesmo se tratando de arquivos públicos, pois há falta de informação organizada e obstáculos burocráticos (BACELLAR, 2005). Em alguns casos, há ainda o receio de compartilhar esse tipo de informações por parte dessas entidades.

A situação em que se encontra o TAM hoje, interditado/fechado, é o que me instigou a realizar essa pesquisa, para compreendermos o descaso com esse patrimônio é necessário partimos do presente e rastreamos a trajetória do teatro, pois de acordo com Bueno (2009, p. 301), “acreditamos que a história se constrói a partir do presente. São as questões do nosso presente que nos estimulam a rastrear no passado as possíveis trajetórias daquilo que se transformou em “nosso tema de interesse, nosso objeto de preocupação””.

A escassez de literatura existente sobre a história do Theatro Adolpho Mello e a inexistência de obras que tenham discutido o tombamento do TAM auxiliam na justificativa em escolher uma pesquisa que discuta o processo de patrimonialização do Theatro e a relação desse patrimônio histórico cultural com a comunidade, podendo assim a pesquisa contribuir no campo de debate do patrimônio cultural. A escolha em discutir o processo de tombamento não se justifica somente por não haver obras que tratem dessa abordagem; a discussão sobre patrimônio cultural e o debate acerca da memória e da educação patrimonial torna a discussão sobre o passado origem de temas recorrentes e presentes que se fazem cada vez mais necessários.

Portanto, o objetivo principal desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é analisar e discutir o processo de patrimonialização do Theatro Adolpho Mello e a relação desse patrimônio histórico cultural com a comunidade de São José-SC, buscando analisar, através dos Planos Diretores, as políticas públicas para patrimônio cultural desenvolvidas pelo município de São José-SC; discutir através da análise de documentos o processo de tombamento do Theatro Adolpho Mello; e refletir quais os usos e desusos que a comunidade josefense faz de seus patrimônios históricos culturais, e entender como se dá essa relação. Para realizar essa discussão trabalho com o conceito de patrimônio cultural, de acordo com Abreu e Chagas (2003), Canani (2005), Gasparini (2005), Machado e Pereira (2008), com o conceito de educação patrimonial, segundo Albuquerque (2012), Cavalcanti, Feitosa e Mota (2015) e Demarchi (2018) e com o conceito de patrimonialização de Castro e Tavares (2016).

A metodologia utilizada teve como base, além de bibliografias gerais e específicas referente à temática, fontes escritas como: documentos oficiais, leis municipais,

correspondências digitais, oficiais e notícias de jornais e também entrevistas concedidas ao Blog “Memória Adolpho Mello”.

Dessa forma, o presente trabalho foi dividido em dois capítulos. O capítulo 1, intitulado “A trajetória histórica do Theatro Adolpho Mello e as implantações das políticas públicas de preservação”, foi dividido em três tópicos: o primeiro, chamado de “O surgimento do Theatro Municipal de São José –SC”, apresenta um breve histórico do surgimento do teatro em São José, através das notícias que circulavam nos jornais da época; o segundo, “O retorno como Theatro Adolpho Mello”, aborda como se concretizou a transição de Theatro Municipal de São José à Theatro Adolpho Mello, e qual o papel do Sr. Gilberto Gerlach e da Fundação Catarinense de Cultura nessa transição, e também os jogos de interesses quanto ao uso desse espaço; o terceiro tópico, nomeado “As políticas públicas de preservação em São José – SC, procura analisar, através dos Planos Diretores, as políticas públicas implementadas pelo município de São José, dando enfoque nas políticas de preservação e valorização cultural.

O capítulo 2, intitulado “O processo de patrimonialização histórico cultural do Theatro Adolpho Mello” foi dividido em quatro tópicos: o primeiro tópico, chamado “O tombamento do Theatro Adolpho Mello”, apresenta o processo de tombamento do TAM a nível municipal, suas motivações e questiona se o tombamento consegue salvaguardar os bens patrimoniais; o segundo tópico, “O descaso com o patrimônio: Theatro Adolpho Mello”, aborda o descaso a partir da interdição do TAM em 2013 e da questão em torno da escritura do Theatro, e apresenta, através de notícias divulgadas nos jornais, a recorrência desse descaso; o penúltimo tópico, intitulado “Os usos do Theatro Adolpho Mello”, discute a função útil do TAM, seus diferentes usos e a sua relação com a comunidade josefense; e afim de fechar o capítulo dois, apresento o tópico “A educação patrimonial como aliada na preservação dos patrimônios”, em que conceituo uma das concepções de educação patrimonial e ainda apresento dois projetos em que o Theatro Adolpho Mello está inserido: o Projeto Conhecer São José e a Feira da Freguesia, ambos realizados pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José.



## CAPÍTULO I

### 1. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO THEATRO ADOLPHO MELLO E AS IMPLANTAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO

#### 1.1.O SURGIMENTO DO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

O Theatro Municipal de São José teve sua pedra fundamental lançada em 17 de setembro de 1854, mas sua inauguração só se daria quase dois anos depois, em 21 de junho de 1856, no mesmo dia em que São José teve sua sede elevada à categoria de cidade. É o teatro mais antigo de Santa Catarina com a estrutura ainda de pé e um dos mais antigos do Brasil, pois o “Teatro São Pedro de Alcântara”, o primeiro teatro da Província foi demolido.

O “Teatro São Pedro de Alcântara”, por negligência das autoridades teve seu prédio destruído em 1969, com a justificativa de alargamento da rua Tenente Silveira para dar saída à Ponte Hercílio Luz. Hoje, onde era o Teatro, encontra-se um estacionamento para automóveis.

É possível observar que muitas vezes, por motivos meramente comerciais, prefere-se demolir o velho, por considera-lo impróprio, e substituí-lo pelo novo, mais contemporâneo e funcional, mais adequada as necessidades da vida moderna, sempre exigentes em suas demandas (TOMAZ, 2010, p. 4).

Assim como São José, outras Províncias também criaram espaços para teatros: Laguna em 1855, São Francisco do Sul em 1856 e em Desterro em 1857 (sendo esse último concluído somente em 1872). De 1850 a 1899, as atividades teatrais foram intensas em todas essas Províncias (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 46; 52; 72).

De 1856 a 1910, o Theatro Municipal de São José funcionou somente como casa de espetáculos teatrais, sendo *O Monge da Serra D’ossa* sua primeira peça teatral. Em 19 de março de 1910, surgiu em São José a Liga Josephense, criada por um vigário e membros da comunidade. Junto à Liga funcionou um grupo teatral chamado “Filhas de Maria” e a organização das festas paroquiais. Foi a Liga Josephense que realizou a primeira sessão cinematográfica em São José, em 3 de novembro de 1912. A exibição foi a querosene, pois a iluminação à luz elétrica só chegou em São José em 1913 (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 116). As atividades da Liga foram intensas até 1920, de acordo com Gerlach e Machado (2007, p. 158), acredita-se que a “*Liga Josephense* deve ter existido até o ano de 1923”.

A primeira grande reforma no Theatro Municipal de São José foi no ano de 1924, e foi uma reforma estética estrutural. Dizem que em 1899 possivelmente já tinha passado por uma

reforma interna (GERLACH; MACHADO, 2007). O Jornal *A República*, da Capital, em 24 de dezembro de 1924, trazia a seguinte notícia:

O Theatro Municipal de S. José está passando por grandes reformas. Com as obras projectadas, tornar-se-á uma magnífica casa de diversões, compatível com o adeantamento do povo josephense. A inauguração do Theatro Municipal será em Janeiro próximo (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 175).

Foi nessa reforma que o prédio deixou de ser um casarão rústico colonial e passou a ser um casarão neoclássico. A inauguração, que estava marcada para janeiro, só ocorreu em 31 de maio de 1925.

Figura 1: Theatro Municipal de São José, entre 1925-30



Fonte: Gerlach, Gilberto; Machado, Osni Antonio. *São José: breve história da cidade e seu teatro*. [80] Ed. especial. São José, SC: Canarinho, 1982.

O Theatro Municipal reabriu como cinema, o Cine York, que tinha concessão de uso por 25 anos; devido ao falecimento precoce de seu proprietário em 1937, o contrato é cancelado e o Cine York encerra suas atividades no Theatro Municipal de São José.

A partir de 1940, a Prefeitura de São José abriu licitação para arrendamento do cinema para empresas privadas. Durante 4 anos o Theatro ficou arrendado para o Cine-Theatro São José, depois ficou nas mãos do Sr. José Daux e até fevereiro de 1954, quando foi fechado, funcionou o Cine Rajá. Em razão do mau estado de conservação do prédio, o teatro fechou

suas portas para receber uma reforma que durou um ano. A reabertura do Cine Rajá aconteceu em 2 de julho de 1955 e o seu fechamento em maio de 1979: “o cinema entrava em decadência por falta de público já no ano de 1976” (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 274).

## 1.2. O RETORNO COMO THEATRO ADOLPHO MELLO

Fechado desde maio de 1979, o Theatro Municipal de São José voltou à cena em 25 de outubro de 1979, quando começou a circular nos corredores da Câmara Municipal de São José a notícia de que o teatro seria vendido (GERLACH; MACHADO, 2007, p. 274). Segundo Gerlach, em entrevista cedida ao blog “Memória Adolpho Mello”, em 17 de junho de 2015, ele foi alertado de que o espaço estava sendo negociado para troca ou venda, e que poderia ser colocado abaixo.

O teatro estava sendo colocado à venda que a prefeitura queria vender vários imóveis que ela tinha para construir a sede. E ai disse ela pra mim que isso não podia acontecer – onde já se viu um teatro que é da metade do século 19, vai ser vendido e vão derrubar certamente pra construir o prédio. - ai eu disse – é mas o que eu posso fazer? – ai ela disse – o que você pode fazer? Você nasceu aqui do lado, tem que movimentar e observar. – ai eu lembrei de falar com o governador Jorge Bornhausen na época que tinha como assessor Constâncio Krummel Maciel que era assessor dele. Eu telefonei pro Constâncio e perguntei se o governador poderia entre uma agenda e outra, me receber por 5 minutos. Ele confirmou e eu peguei e fui pra lá, levei o assunto para ele, ai ele imediatamente baixou um decreto de utilidade pública, mandou eu ir nas Saco dos Limões e imprimir no diário oficial do dia seguinte. Uma vez impresso, eu tirei uma cópia daquilo anexasse na porta do teatro, botasse um cadeado e pegasse uma outra cópia e entregasse para o prefeito, e assim eu fiz.<sup>1</sup> Com o ato de utilidade pública, o Theatro ficou impedido de qualquer negociata, demolição ou venda. Como o Theatro encontrava-se em estado crítico, Gilberto Gerlach elaborou um projeto de recuperação do espaço e apresentou à recém-criada Fundação Catarinense de Cultura (FCC)<sup>2</sup>, que aceitou o projeto. A Prefeitura Municipal de São José então assinou um contrato com a FCC para uma grande reforma, e em troca a Fundação recebia o direito de uso sem pagamento

---

<sup>1</sup> GERLACH, Gilberto. Teatro à venda e recuperação pela FCC. [Entrevista concedida a] Blog Memória Adolpho Mello. São José, 17 jun. 2015. Disponível em: <https://memoriatheatro.wixsite.com/memoriaadolphomello/single-post/2015/06/18/Teatro-%C3%80-Venda-E-Recupera%C3%A7%C3%A3o-Pela-FCC>

<sup>2</sup> A Fundação Catarinense de Cultura (FCC), pessoa jurídica de direito público, foi criada oficialmente em 24 de abril de 1979 pelo Decreto Estadual nº 7439. Tem como missão valorizar a cultura por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense. Disponível em: <http://www.cultura.sc.gov.br/a-fcc/sobre/historico>.

de arrendamento por 10 anos. Em março de 1980, tiveram início as obras de reforma do Theatro.

A reinauguração do Theatro de São José, marcada para 17 de setembro de 1981, data em que completaria 127 anos, teve que ser adiada para o mês de dezembro devido às dificuldades de instalar dois projetores de cinema, que determinariam a outra função desse espaço. A sua reinauguração ocorreu em 29 de dezembro de 1981, segundo notícia publicada no *Jornal de São José* em janeiro de 1982, e contou com a presença do governador Jorge Konder Bornhausen, autoridades locais e estaduais, artistas e intelectuais da cultura do Estado. O Theatro Municipal de São José foi reinaugurado com o nome de Theatro Adolpho Mello, homenagem prestada pela Fundação Catarinense de Cultura ao violinista catarinense Adolpho Ferreira de Mello.

Figura 2: Theatro Adolpho Mello - 2019



Fonte: Acervo pessoal da autora (25/03/2019).

Através do discurso pronunciado pelo secretário Júlio César, na noite da reinauguração do Theatro Adolpho Mello, pode-se perceber o enaltecimento da realização dessa obra de restauro, como um discurso que aponta para a ação da FCC:

Autoridades, minhas senhoras, meus senhores: iniciada em dezembro de 1980, chega ao fim a recuperação do Teatro Municipal de São José, o primeiro a ser construído em Santa Catarina, especificamente em 1854. Foram aproximadamente 9 milhões de cruzeiros empregados para que o povo de São José pudesse novamente ver sua Casa de Espetáculos funcionando, trazendo teatro, música, folclore, noites

de autógrafos, enfim, todas as manifestações artísticas e culturais que uma casa deste tipo pode e deve abrigar. Um parêntese cabe-me aqui, com a permissão de todos os presentes, a fim de enumerar sinteticamente o que a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo realizou na área teatral através da Fundação Catarinense de Cultura, no ano de 1981, culminando com a reabertura das portas do Teatro Adolfo Melo (REABERTO..., 1982, p. 7).

Cabe aqui também destacar um trecho do texto escrito por Gilberto Gerlach para a *Revista Boi de Mamão*, da FCC, em junho de 1981, sobre a recuperação do Theatro Municipal de São José:

Iniciada em meados do ano de 1980, está chegando ao fim a recuperação do Theatro Municipal de São José, o primeiro a ser construído em Santa Catarina, no ano de 1854. Graças ao apoio recebido pela Fundação Catarinense de Cultura, com concessão de uso por 10 anos, em contrato com a Prefeitura Municipal de São José, o antigo prédio não estará legado ao termo de ruína, nem tampouco esquecido, como estava nos últimos 20 anos, abrigando precariamente as sessões cinematográficas do “Cine Rajá”. [...] Além de ser recuperado – fato que revela o carinho que a atual administração do Estado dispensa aos assuntos culturais- o Teatro de São José deverá denominar-se Adolfo Melo (GERLACH, 1981, p. 10-11).

Tanto o discurso na noite da reinauguração do TAM, como o texto da *Revista Boi de Mamão*, enaltecem a ação realizada pela FCC. É preciso pensar que a Fundação Catarinense de Cultura também tinha os seus interesses em realizar a recuperação do Theatro Adolpho Mello, pois era uma Fundação criada em 24 de abril de 1979 que precisava justificar a sua criação, e um projeto de grande porte poderia auxiliar nessa questão. Da mesma forma que devemos desconstruir a FCC como a grande salvadora do Theatro, devemos desconstruir a figura de Gilberto Gerlach como o homem que impediu a demolição e salvou o TAM. É possível que a necessidade de um espaço para instalar o Cine Clube Nossa Senhora do Desterro (presidido por Gilberto Gerlach), tenha auxiliado no interesse dele na recuperação do teatro de São José.

Cabe ressaltar que não devemos tomar as fontes como verdades absolutas, é preciso problematizá-las e refletir sobre elas, sistematizar os conhecimentos adquiridos e apresentar uma análise sobre elas. As fontes devem ser analisadas como “documentos-monumentos”, na perspectiva de Le Goff.

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente -determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (...)É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 1996, p. 538).

A crítica às fontes é uma das principais atividades desenvolvidas pelo historiador, independente da tipologia das fontes, todas as informações encontradas devem receber o olhar crítico do historiador, sendo um documento escrito ou uma fonte oral.

Quando recém-reinaugurado, o Theatro Adolpho Mello abrigou o Cine Clube Nossa Senhora do Desterro, que funcionou até meados de 1984, sendo depois transferido para o Centro Integrado de Cultura (CIC) de Florianópolis. Com a saída do Cine Clube, o TAM voltou com a função somente de teatro.

A saída do Cine Clube do TAM foi um tanto problemática, pelo que se pode perceber pelos jornais da época. Na matéria “Theatro Adolpho Mello – Arte entregue às baratas”, publicada pelo *Jornal de Santa Catarina* em 7 de abril de 1987, Gilberto Gerlach “acusa os grupos de teatros locais, que lutaram para enxotar de lá o Cineclube N.S. do Desterro, de não usarem devidamente o espaço”. Esse mesmo discurso aparece no jornal *Diário Catarinense*, na matéria “O Theatro Adolpho Mello está as Moscas”, publicado em 1 de fevereiro de 1988, só que na voz de Carlos Antônio Gerlach.

Desde que o Clube de Cinema passou a funcionar nas dependências do Centro Integrado de Cultura, em Florianópolis, em novembro de 1984, o Adolpho Mello entrou praticamente em estado de abandono. “Os grupos queriam que o teatro assumisse a sua função de casa de espetáculos e pediam que funcionasse exclusivamente para apresentação de peças e shows. Agora que está a disposição deles, não estão aproveitando”, reclama o diretor Carlos Antônio Gerlach (AMORIM, 1988, p. 1).

Do outro lado, temos a Associação de Grupos Teatrais (AGT), que acreditava que o reaproveitamento do teatro como casa de espetáculos foi uma conquista, mas não se eximem da culpa por estar sendo mal aproveitado.

“O reaproveitamento do teatro como casa de espetáculo foi uma conquista da AGT para uso dos grupos locais, coisa que não aconteceu.” Mário, entretanto, justifica a situação pelo fato de os grupos não terem estrutura e carecerem de condições financeiras. “As experiências realizadas foram decepcionantes, por causa do pouco retorno”, continua o secretário do sindicato (AMORIM, 1988, p. 1).

Valdir Dutra, presidente da AGT, complementa afirmando que a Associação precisa sair do amadorismo, mas não tem como assumir um espaço como o Theatro Adolpho Mello.

[...]Ampliar as atividades do local é função da FCC e não dos grupos teatrais, que não recebem incentivos significativos por parte do governo. Um grupo que cobre sozinho todos os custos de uma montagem não pode se apresentar em SJ porque terá prejuízo certo (ADOLPHO ...,1988, p. 1).

Essa situação descrita elucida o jogo de interesses quanto ao uso do espaço, pois enquanto o Cine Clube estava no local, parecia estar funcionando tudo perfeitamente, e a

partir do momento que o Cine Clube vai para o CIC e o espaço volta a ser usado como casa de espetáculos os problemas começam a aparecer, e os grupos teatrais locais são acusados de não aproveitar o local e abandoná-lo. Apesar de um dos representantes da AGT ter afirmado que o pouco retorno das peças teatrais fez com que o espaço fosse abandonado, os grupos teatrais não podem ser responsabilizados totalmente pelo mau aproveitamento do espaço, pois a FCC é a responsável legal, portanto é seu dever zelar pela preservação e uso do local. Em 13 de maio de 1986, um grupo de teatro, o Grupo “A”, envia uma carta à Fundação Catarinense de Cultura relatando o mau uso e as condições ruins do teatro.

Registram ainda a falta de limpeza, a destruição dos painéis artísticos pintados sobre Eucatex por Rodrigo de Haro; pediram que as articulações das poltronas fossem lubrificadas; reivindicaram o conserto do gravador de rolo e denunciaram que a cabine de som e luz (refletores com lentes sujas), improvisada no camarote central “compromete o espetáculo pelos ruídos provocados, pela luz que vaza na plateia e pelo desconforto a que se submetem os operadores” (HOFFMAM, 1987, p. 24).

Antes mesmo de 1986, o diretor do teatro Carlos Antônio Gerlach já reclamava das condições do TAM e da falta de providências por parte da Fundação. “A única coisa que a FCC está fornecendo é papel higiênico e creolina pra desinfetar o banheiro” (HOFFMAM, 1987, p. 24). E ainda que a aparelhagem de som e luz nova que o Theatro Adolpho Mello adquiriu em sua restauração estava sendo transferido para o CIC e TAC.

O diretor reclama também da constante transferência de equipamento de som e luz para os teatros do Centro Integrado de Cultura e “Álvaro de Carvalho”, que são trocados por material sem condições de aproveitamento e jamais repostos (HOFFMAM, 1987, p. 24).

Percebe-se que a FCC demonstrava interesse no TAM enquanto ele abrigava o Cine Clube Nossa Senhora do Desterro; a partir do momento em que este é transferido para o CIC, a Fundação passou a não mais olhar para o TAM com o mesmo interesse e acaba o relegando a terceiro plano.

Em 1988, o TAM estava sendo utilizado somente para a apresentação de peças infantis, desse modo era preciso buscar outros usos para esse espaço, então a FCC propõe implantar um projeto de apresentações musicais junto a Pró-Música, para reativar o local. Não foi encontrada durante a pesquisa uma fonte que afirme que esse projeto de música realmente aconteceu, o que talvez possa ser explicado pelo fato de que o uso de concessão por 10 anos firmado entre a Prefeitura Municipal de São José e a Fundação Catarinense de Cultura estava quase no fim.

Cabe ressaltar que durante a época em que o Theatro Adolpho Mello estava sobre os cuidados do governo, por meio da Fundação Catarinense de Cultura, havia um interesse maior

em escrever sobre o TAM. Durante a pesquisa, foram encontradas cerca de 10 notícias do período entre 1980 a 1988, nos jornais *O Estado; Jornal de Santa Catarina e Diário Catarinense*, que abordavam o Theatro. Após o fim do contrato de concessão em 1990, esse número diminuiu, só consegui encontrar notícias do TAM nos jornais a partir de 4 de maio de 1996, no jornal *O Estado*.

Com o fim do uso de concessão, o TAM passou a pertencer novamente à Prefeitura Municipal de São José. O Theatro estava funcionando como escola de artes desde 1994, mas, devido a um acidente por causa de sua má conservação, foi fechado em 1995, e reabriu em 1997 com as oficinas de teatro.

As oficinas teatrais dentro do TAM foram suspensas em 2013, quando o Theatro foi interditado pela Defesa Civil.

### 1.3.AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO EM SÃO JOSÉ – SC

A noção de Patrimônio Cultural (PC) tem se transformado ao longo do tempo. O tradicional conceito de patrimônio tinha uma perspectiva eminentemente material, uma visão monumental, devido à própria definição que o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atualmente IPHAN), lhe atribuía no início do século XX.

O decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organizou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que define o patrimônio como sendo: “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (CANANI, 2005, p. 170).

Sendo assim, durante décadas eram considerados patrimônios culturais brasileiros os bens de *pedra e cal*, como igrejas, fortes, pontes, prédios e conjuntos urbanos representativos de estilos arquitetônicos específicos (ABREU; CHAGAS, 2003). Esses mesmos bens é que eram considerados “merecedores” de serem preservados, pois enalteciam a opulência.

Nas últimas décadas do século XX, ocorreram transformações no campo do patrimônio, sobretudo a partir da renovação epistemológica das Ciências Sociais, em especial da Antropologia. O conceito de “Patrimônio Histórico”, que vinha sendo usado desde a Carta de 1937, foi substituído pelo conceito de “Patrimônio Cultural”. O conceito de Patrimônio Histórico tinha uma perspectiva reducionista, que reconhecia o patrimônio apenas no âmbito histórico, e priorizava a preservação dos bens ligados aos setores dominantes da sociedade brasileira. Essa perspectiva acabou, aos poucos, sendo superada por uma visão mais



abrangente, para além de sua dimensão “pedra e cal”, o conceito de Patrimônio Cultural apresenta uma nova perspectiva, incorpora “os registros e modos de expressar a cultura de diferentes grupos étnicos e sociais que contribuíram e contribuem para a formação da sociedade brasileira”, ou seja, contempla bens de ordem material e intangível (PEREIRA; ORIÁ, 2012, p. 165-167).

A Constituição Federal de 1988 acompanhou essa nova conceituação. A partir da década de 80, com a CF-88, temos a transformação do princípio de propriedade e a ampliação do conceito de Patrimônio Cultural, e as suas alterações auxiliaram na mudança da concepção de preservação do patrimônio. O princípio de propriedade é alterado no Art. 182, Capítulo da Política Urbana, quando traz a função social da cidade.

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes.<sup>3</sup>

Além disso, a Constituição afirma que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências expressas no Plano Diretor (PD), por isso é importante sua elaboração.

O conceito de Patrimônio Cultural é ampliado no Seção II, artigo 216º da Constituição de Federal de 1988.

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I) as formas de expressão;
- II) os modos de criar, fazer e viver;
- III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais;
- V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (MACHADO; PEREIRA, 2008, p. 14).

Além de aderir bens intangíveis como Patrimônio Cultural, a Constituição ainda apresenta os instrumentos de preservação a serem utilizados:

§1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (MACHADO; PEREIRA, 2008, p. 14).

---

<sup>3</sup> BRASIL. Art. 182. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp?item=1729>

Esses dois fatores auxiliaram na mudança de concepção de preservação, pois a ampliação do conceito de Patrimônio Cultural possibilitou que outros bens pudessem ser preservados além dos de *pedra e cal* e a alteração do desenvolvimento da política urbana introduziu outros agentes na preservação.

### **1.3.1. Planos Diretores**

Através dos Planos Diretores de São José, analiso as políticas públicas de desenvolvimento cultural, dando enfoque na preservação cultural.

#### *1.3.1.1. Plano Diretor de 1985*

O Plano Diretor é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (Art. 182 da Constituição Federal de 1988) de um município. São José mantém uma Lei do Plano Diretor de 1985, que vem acumulando alterações até o presente.

Em 17 de abril de 1985 foi decretada a Lei 1604, denominada de Lei do Plano Diretor, que era composta ainda pela Lei de Zoneamento (Lei 1605), Lei do Parcelamento do Solo (Lei 1606) e o Código de Obras, que não chegou a ser implementado (SILVA, 2006, p. 78).

Entre o conteúdo presente nesse Plano Diretor de São José (PDSJ), dentre a Lei de Zoneamento ou Lei de Uso e Ocupação do Solo, estão as normas quanto às Áreas de Preservação Cultural (APC) de São José. O Plano Diretor de 1985, em seu Art. 30, define como sendo APC:

Aquelas em que, devido as alterações causadas pela presença atual ou pretérita de ocupação humana, devam ter seu uso preservado ou controlado, afim de assegurar a permanência de sítios de interesse histórico e arqueológico, bem como de áreas antropológicas e paisagens culturais (SDU, 1985, p.10).

As APC estão subdivididas em: Áreas Antropológicas primitivas; Áreas de Paisagem Cultural; Áreas Arqueológicas e Áreas Históricas.

Nas APC, a aprovação de novas construções e a modificação das já existentes ficam subordinadas à prévia verificação da harmonia com as edificações existentes, respeitando sua arquitetura original. Ainda, nenhuma demolição pode ser realizada nos setores históricos sem o aval do órgão competente para a proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural.

No Art. 174 do PDSJ/1985, faz-se menção aos critérios de tombamento de áreas arqueológicas e históricas.

Art. 174 A identificação das edificações ou elementos a serem objeto de decretos de tombamento serão feitas pelo órgão municipal competente, mediante os seguintes critérios:

I-valor arqueológico, antropológico, histórico, artístico ou cultural;

II-uso atual;

III-acessibilidade;

IV-conservação;

V-recorrência regional e local;

VI-raridade formal;

VII –risco de desaparecimento;

VIII- antiguidades;

IX- possibilidade de uso para fins de lazer, cultura ou administração pública (SDU, 1985, p. 41).

Ainda em relação às APC, o Art. 175 autoriza o município a criar regulamentos para a ocupação dessas áreas visando sua preservação e conservação.

O Plano Diretor de São José de 1985, apesar de trazer em sua Lei de Ocupação e Uso de Solo as Áreas de Preservação Cultural, não deixa claro como assegurar a preservação dessas áreas, pois não cita qual o órgão é ou será responsável por essa proteção. Devido a essa defasagem no conteúdo, brechas ficam abertas para que não se cumpra as exigências dispostas no PD, por isso ele é rotulado como ineficaz.

### *1.3.1.2.Proposta de um Novo Plano Diretor*

A Lei n.10.257, instituída em 10 de julho de 2001 como Estatuto da Cidade<sup>4</sup>, regulamenta a política urbana, trata da política de desenvolvimento urbano e da função social da propriedade. O Estatuto da Cidade torna obrigatório o Plano Diretor, para todas as cidades com mais de vinte mil habitantes, e requer uma revisão dos PDs já existentes, pois com o Estatuto da Cidade surge uma nova concepção de Plano Diretor, o que torna os já existentes um tanto limitados.

Segundo essa nova concepção, o Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes públicos e privados que constroem e utilizam o espaço urbano, construído de maneira coletiva e democrática, visando estabelecer os critérios e fazer cumprir a função social da propriedade urbana em prol do bem-estar coletivo, de uma maior justiça social e da melhoria da qualidade de vida da população, para a presente e as futuras gerações (SDU, 2004, p.6).

---

<sup>4</sup> Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm).

Como o PD de São José data de 1985, em 2004 a Prefeitura Municipal, através da Secretária de Desenvolvimento Urbano, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, elabora uma nova proposta de Plano Diretor para São José.

Na Proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor do Município de São José (PPDSJ) de agosto de 2004, já podemos observar o progresso e atualização quanto às questões dos bens histórico-culturais. Essa nova proposta já traz consigo uma noção mais ampla e plural do que é considerado patrimônio, incorporando ao seu Plano Diretor o Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (IPHAN, 2000). São considerados bens culturais intangíveis as “formas de expressão” e os “modos de criar, fazer e viver”, já citados no Art. 216 da Constituição Federal de 1988<sup>5</sup>. É de suma importância lembrar que o Plano Diretor então vigente de São José era de 1985, então muitas questões estavam defasadas, pois é anterior à Constituição Federal de 1988, o que torna a sua revisão ainda mais importante.

A PPDSJ-2004 incorpora, além dos tradicionais bens de *pedra e cal*, os bens culturais intangíveis como Patrimônio Histórico-Cultural.

Art. 29. Para efeitos desta Lei, integram o Patrimônio Histórico-Cultural:  
 I- o conjunto de bens imóveis de valor histórico-cultural significativo, sejam esses bens edificações isoladas ou não isoladas;  
**II- manifestações culturais, entendidas como tradições, práticas e referências, bens intangíveis que conferem identidade ao Município**  
 III- ambiências históricas e culturais;  
 IV- parques urbanos e naturais;  
 V- patrimônio arqueológico;  
 VI- praças sítios históricos e paisagens (SDU, 2004, p.20-21, grifo nosso).

Cabe ressaltar que São José, desde 2015, tem como Patrimônio Cultural Imaterial o Ofício e o Saber dos Oleiros de São José.

Nessa nova proposta, as áreas antes denominadas de Áreas de Preservação Cultural passam a ser chamadas de Zona de Interesse Histórico-Cultural, que compreende as áreas do Centro Histórico de São José e da Ponta de Baixo. Isso tem como principal objetivo preservar, revitalizar e conservar o patrimônio histórico, paisagístico, ambiental e cultural; promover a identidade cultural nesse espaço e incentivar o uso artístico-cultural no conjunto do centro histórico. A fim de garantir que esses objetivos se concretizem, é proposto na PPDSJ, nos Art. 35 e 37, o Programa de Valorização do Patrimônio Histórico-Cultural. Nesse programa, constam ações e políticas a serem realizadas pelo poder público para garantir essa valorização. Dentre as principais ações estão:

---

<sup>5</sup> BRASIL. Art. 216 - Constituição Federal de 1988. Disponível em:  
[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp)

- I - as ações que identifiquem as potencialidades locais e promovam a criação de rotas culturais gastronômicas, turísticas, étnicas e ambientais;
- II- as ações e projetos de incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais promotoras da integração social;
- III - a criação de um cadastro informatizado e de um inventário de bens com valor histórico, cultural e paisagístico a ser integrado ao Sistema de Informações Municipais; [...]
- V - a elaboração de normas para a preservação de bens culturais, vegetação significativa e referências urbanas;
- VI - a utilização da legislação municipal ou tombamento para proteger bens culturais, vegetação significativa e referências urbanas; [...]
- IX - estudos e estabelecimento de normas para as áreas envoltórias de bens tombados, contribuindo para a preservação da paisagem urbana e racionalizando o processo de aprovação de projetos e obras; [...]
- XI - a criação de mecanismos de captação de recursos em áreas de interesse histórico ou cultural, visando à sua preservação e revitalização; [...]
- XIII - a organização de um sistema de informações e de divulgação da vida cultural e da história do Município;
- XIV - a instalação de centros de memória dos bairros, favorecendo a preservação de sua identidade, história e cultura (SDU, 2004, p. 25).

No final da PPDSJ-2004, consta ainda uma Tabela de Prazos de Elaboração e Implementação, que consiste nos prazos que o poder público se propõe a realizar as ações propostas nessa Proposta. Segundo essa tabela, o prazo para a elaboração e implementação do Programa de Valorização do Patrimônio Histórico-Cultural seria de um ano, mas muito pouco do que foi proposto foi realizado, até porque a Proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor do Município de São José teve seu processo legislativo descontinuado, ou seja, o Plano Diretor ainda vigente é o de 1985, o que nos faz refletir sobre quais os reais interesses daqueles que nos representam no poder público. A elaboração dessa PPDSJ possibilitou, na época, um avanço quanto ao entendimento do contexto municipal, o que pode ter auxiliado no desvinculo do setor Cultural com a Secretaria de Educação, e na criação, no final do ano de 2004, da Fundação Municipal de Cultura e Turismo, antes Fundação Cultural de São José.

### *1.3.1.3. Proposta de Plano Diretor Participativo de São José/SC (2016)*

Dez anos após a Proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor do Município de São José, a Prefeitura Municipal, juntamente com a GRANFPOLIS – Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, elabora em maio de 2014 um Relatório de Análise e Avaliação do PPDSJ-2004, com o objetivo de aproveitar a proposta já existente, apresentar recomendações e sugestões para sua eventual atualização, correção e aperfeiçoamento. Por lei, a atualização dos Planos Diretores deve ocorrer, no máximo, a cada dez anos; desse modo, esse relatório pretende analisar a PPDSJ, para que se possa propor mais uma vez, uma nova

Proposta de Plano Diretor. Essa nova proposta teve sua versão preliminar aberta para Consulta Pública em 18 de janeiro de 2016.

A Proposta de Plano Diretor Participativo de São José – SC (PPDPSJ) tem como objetivo garantir o acesso a uma cidade sustentável, desenvolvendo e integrando a ocupação e o uso do solo com a reestruturação do sistema viário. Podemos destacar dessa nova proposta a Política de Desenvolvimento e Valorização da Identidade, ou PDVI, que são as ações, planos e programas para o desenvolvimento cultural do município, com a finalidade de promover a gestão do Patrimônio Paisagístico e do Patrimônio Histórico e Cultural; além de promover o desenvolvimento cultural e ações de valorização da identidade do Município.

Dentre esses planos, está o Plano Local de Revitalização do Centro Histórico.

Art. 258. São objetivos específicos do Plano Local de Revitalização do Centro Histórico;

I - promover a ampliação e qualificação dos espaços públicos;

II - reabilitar e valorizar o patrimônio histórico existente;

III - incentivar a diversificação dos usos para diferentes públicos ao longo do dia, de forma a fomentar a vitalidade urbana;

IV - estabelecer diretrizes locais para uso e ocupação do solo, complementares aos parâmetros urbanísticos desta Lei, para a adequação de edificações existentes e futuras no entorno de edificações de interesse histórico;

V - estimular atividades econômicas geradoras de emprego e renda compatíveis com o local e que aproveitem seus potenciais (SUSP, 2016, p. 71).

Esse plano visa redesenvolver o Centro Histórico culturalmente e economicamente, aproveitando seu potencial turístico.

Apesar da PPDPSJ ter chegado a sua 4ª Audiência Pública em 28 de julho de 2016, não alcançou grande êxito, pois as sessões da Conferência Final do Plano Diretor de São José foram suspensas em 27 de julho de 2017.

As Sessões da Conferência Final do Plano Diretor Participativo de São José estão suspensas até segunda ordem, em virtude de uma decisão liminar do Juiz da Vara da Fazenda Pública de São José Otávio José Minatto nos autos da Ação Civil Pública N. 0309259-12.2017.8.24.0064, ajuizada pelo SECOVI (Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação, Administração de Imóveis, Edifícios e Condomínios Comerciais e Residenciais) contra o Município de São José.<sup>6</sup>

Desde então, essa proposta encontra-se suspensa, sendo o PDSJ de 1985 ainda vigente em 2019. Ainda que a PPDPSJ esteja suspensa, a atual administração pública da Prefeitura Municipal de São José levou adiante o Projeto de Revitalização do Centro Histórico.

---

<sup>6</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. *Sessões da Conferência Final do Plano Diretor de São José são suspensas*. Plano Diretor Participativo. 27 de julho de 2017 Disponível em: <https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/sessoes-da-conferencia-final-do-plano-diretor-de-sao-jose-sao-suspensas>.

A intenção da prefeitura é revitalizar desde os fundos da Câmara de Vereadores até o local onde ficava um ginásio de esportes. O projeto prevê obras em uma área total de seis mil metros quadrados com a construção de quadras, praça, parque infantil, academia ao ar livre e um trapiche (BAZZO, 2019, s/p).

As obras no local se iniciaram em dezembro de 2018 e espera-se que estejam concluídas até o final de 2019.

Ao examinar o Plano Diretor vigente (1985) e as novas propostas de PDs, podemos verificar um avanço positivo nas políticas públicas de preservação cultural, através de programas e projetos de valorização cultural propostos, mas no fim esse avanço fica só no campo das ideias, uma vez que as novas propostas são ignoradas pelos agentes do poder público e são vetadas na Câmara Municipal. Como as novas Propostas de Planos Diretores de 2004 e 2016 não conseguiram ser aprovadas, cabe ao prefeito e ao órgão responsável pela cultura escolher se querem ou não executar os programas e projetos propostos nesses PDs.

O conceito de Patrimônio Cultural aparece nas novas propostas de Plano Diretor de 2004 e 2016. No Plano Diretor de 1985, trabalha-se ainda com a perspectiva de Patrimônio Histórico, que “assegura a permanência de sítios de interesse histórico e arqueológico, bem como de áreas antropológicas e paisagens culturais”, privilegiando assim as edificações históricas. Percebe-se, portanto, um avanço no campo do patrimônio a partir das propostas de Plano Diretores de 2004 e 2016, que já introduzem a ampliação do conceito de patrimônio, incorporando, além dos tradicionais bens de *pedra e cal*, os bens culturais intangíveis como Patrimônio Histórico-Cultural. Esse desenvolvimento também é percebido através de programas e planos que são sugeridos nessas novas propostas, como o Programa de Valorização do Patrimônio Histórico-Cultural (PPDSJ 2004) e o Plano Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (PPDPSJ 2016).

## CAPÍTULO II

### 2. O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO HISTÓRICO CULTURAL DO THEATRO ADOLPHO MELLO

#### 2.1.O TOMBAMENTO DO THEATRO ADOLPHO MELLO

O Theatro Adolpho Mello foi tombado como Patrimônio Histórico e Artístico do Município de São José em 22 de setembro de 2005, pelo Decreto Municipal 18.706/2005. Além do tombamento da edificação, todas as obras e painéis do artista plástico Rodrigo de Haro, que se encontram em seu interior, também estão tombadas.

Mas o que é tombamento? Para Jeferson Ribeiro Gonzaga, trata-se de um

(...) ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação da legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados (GONZAGA, 2005, p. 15).

O tombamento, sendo um ato administrativo, pode ser de competência da União, Estados ou Municípios. Nesse caso em específico, o TAM foi tombado municipalmente, mas existe em tramitação o pedido de tombamento a nível estadual.

Outros 16 decretos foram assinados no mesmo dia pelo prefeito de São José, Fernando Elias, tombando municipalmente 21 bens como Patrimônios Histórico-Culturais de São José: Igreja do Bonfim (Centro Histórico); Igreja de Santa Filomena (Praia Comprida); Igreja da Irmandade de Nosso Senhor dos Passos (entrada da Ponta de Baixo); Antiga Casa da Câmara e Cadeia (Centro Histórico); Sobrado da Casa de Cultura Estácio de Sá (Centro Histórico); Sobrado do Arquivo Histórico Municipal de São José (Centro Histórico); Sobrado estilo colonial com escadaria (Centro Histórico); Fonte da Carioca e Tanque de lavagem de roupas (Centro Histórico); Casario da Rua Gaspar Neves (Centro Histórico); Casarão antiga sede do Clube Recreativo 1º de Junho (Centro Histórico); Casa em frente ao Corpo de Bombeiros (Praia Comprida); Escola de Oleiros Joaquim Antônio de Medeiros (Ponta de Baixo); Bar Praça 11 (Praia Comprida); Píer do Rio Maruim (Ponta de Baixo); Usina de Geração de Energia do Sertão do Maruim; Casa em estilo Germânico (Sertão do Maruim) (MONUMENTOS..., 2005, p. 7).

Pelo parecer dado pela Prefeitura Municipal de São José, o TAM foi tombado por ser uma edificação histórica e por preservar o modo de vida da época.



O Theatro Municipal de São José é a mais antiga casa de espetáculos do Estado de Santa Catarina e uma das mais antigas do Brasil. A preservação do Theatro Municipal é fundamental para mostrar a importância cultural que a cidade de São José teve no início do Século XIX, podendo ser considerada a capital cultural da então província de Santa Catarina. Além disso, várias são as lembranças de namoros que geraram uniões duradouras no escurinho do cinema, ou de tantas outras lembranças deste maravilhoso espaço cultural.<sup>7</sup>

De acordo com o Decreto Municipal, o tombamento do Theatro Adolpho Mello não se justifica somente pelo seu caráter monumental, mas também pelas memórias construídas nesse espaço, ou seja, houve um reconhecimento municipal do Theatro como um “lugar de memória” (NORA, 1993, p. 21)<sup>8</sup>. Segundo Chagas (2003, p. 97), “aquilo que confere sentido ao bem tangível é intangível.”

Ao se preservar um patrimônio, conserva-se a memória/história do que fomos para as futuras gerações, assim o patrimônio cultural tem uma função memorial e identitária. Cabe ter em mente que a memória tem um caráter seletivo, sendo essa memória, conforme Pollak (1989)

uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc (POLLAK, 1989, p. 9).

Esse sentimento de pertencimento está intrinsecamente ligado à identidade, ao ato de reconhecer alguma origem em comum ou características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas.

Se analisarmos os bens tombados pelo município de São José em 2005, podemos identificar ainda um interesse preservacionista nos “fatos memoráveis” e de “excepcional valor”, características das políticas preservacionistas da fundação do SPHAN (1937) e que tiveram continuidade apesar da ampliação do conceito de bens culturais na década de 1970<sup>9</sup>. Essa política reduzia a preservação praticamente aos monumentos de “pedra e cal”, ligados à

<sup>7</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. *Decreto nº. 18.706/2005*. Theatro Municipal Adolpho Mello, Praça Hercílio Luz, s/n - Centro Histórico. Inscrição Cadastral nº. 0102.016.0070-001. Disponível em: [https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Decretos\\_de\\_tombamento\\_dos\\_bens\\_hist%C3%B3ricos\\_do\\_munic%C3%ADpio.pdf](https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Decretos_de_tombamento_dos_bens_hist%C3%B3ricos_do_munic%C3%ADpio.pdf).

<sup>8</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>.

<sup>9</sup> A ampliação do conceito de bens culturais está abordada na nota da página 34.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio**. 2012. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/referencia\\_2.pdf](http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf).

elite econômica e política do país. De acordo com Falcão (1984), citado por Chagas (2003), os monumentos tombados até a década de 1980 indicavam tratar-se de:

- a) monumento vinculado à experiência vitoriosa da etnia branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado a experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes, fóruns, etc.) e na sociedade (sede de grandes fazendas, sobrados urbanos etc.) da elite política e econômica do país (FALCÃO *apud* CHAGAS, 2003, p. 106).

As memórias selecionadas para serem preservadas e comporem a “identidade da nação” eram memórias de uma elite branca patriarcal. Os bens tombados josefenses se assemelham a essa lógica, selecionaram-se edificações que retratassem o poder da elite econômica do município a fim de preservá-los como memória do município.

O processo de patrimonialização, segundo Castro e Tavares (2016), que por sua vez citam Prats (1998),

corresponde a uma “ativação patrimonial”, ou seja, é processo que seleciona objetos e processos para uma (re)valorização e (re)significação. Essa seleção obedece a lógicas e interesses relativos ao momento da eleição desses bens como patrimônio, a intencionalidades de atores sociais concretos, com a ação do Estado, expressando, portanto, as relações de poder existentes na sociedade desse tempo, e não necessariamente do tempo histórico e social da criação daqueles elementos culturais (PRATS *apud* CASTRO, TAVARES, 2016, p. 129).

Desse modo, a “(re)valorização e (re)significação” dos bens culturais é uma escolha dos agentes sociais do presente, ou seja, são valores atribuídos e historicamente construídos. Esses agentes, por sua vez, são instituições privadas, o Estado, e os movimentos sociais (CASTRO, TAVARES, 2016).

Entendendo o patrimônio cultural como uma construção social, onde um determinado grupo elege, em um dado momento, o que considera digno a ser deixado para as gerações futuras, deve-se analisar o motivo dessa escolha na qual transformou esse bem cultural em um patrimônio cultural, pois, de acordo com Schwerz (2009, p.14) “a seleção dos bens que serão definidos como patrimônio cultural de um determinado lugar nem sempre levou em consideração as referências culturais expressivas para a comunidade em questão”. Diante disso, as culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, durante muito tempo, não fizeram parte da memória e da “identidade nacional”.

A decisão de escolher determinado bem cultural para conservação de sua memória pode ser a negação de tantas outras histórias. Segundo Castriota (2009), na dialética lembrar-esquecer, bases das políticas de preservação, elegem-se aspectos da história que se quer enaltecer, enquanto outros são deixados na obscuridade.

Ao não levar em conta as referências culturais<sup>10</sup> da comunidade, não se cria um sentimento de identidade, de pertencimento com o patrimônio, ao ponto do bem cultural não constituir nenhum significado para a comunidade.

Assim, faz sentido nos perguntarmos, no caso específico de cada imóvel ou monumento preservado, quais são os valores que ele está representando, que atributos justificam sua existência enquanto patrimônio cultural e qual a relação dos moradores locais, os portadores dessa cultura, com os imóveis ou monumentos tombados (CANANI, 2005, p.171).

Dessa forma, saber o que, como, por que e para que o Poder Público deve preservar o patrimônio cultural é fundamental para entender o processo de patrimonialização de um bem cultural e o significado que possui para a população.

### 2.1.1. O decreto emergencial de tombamento

Em 4 de maio de 1996, o jornal *O Estado* publicou uma matéria intitulada *Theatro Adolpho Mello aguarda o tombamento*; a notícia relatou a situação do teatro e a luta para que seja reconhecido como patrimônio histórico.

Única casa de espetáculos existentes no município de São José, o teatro tem problemas estruturais e precisa de uma nova restauração. Irmãos Gerlach, que trabalharam na reforma anterior, lutam também para que o prédio seja reconhecido como patrimônio histórico e definitivamente tombado (THEATRO...,1996, s/p).

Acreditava-se que o tombamento do TAM poderia agilizar os trâmites para a recuperação do teatro: “(...)As reformas necessárias, se o prédio fosse tombado, deveriam ser autorizadas pela entidade que decretou o tombamento” (THEATRO...,1996, s/p). Em 1996, já havia relatos de pedidos de tombamento do TAM, em nível municipal. É interessante notar aqui que o pedido é realizado pelos irmãos Gerlach, que têm sua história familiar ligada à história do cinema do TAM, ou seja, o tombamento também seria uma forma de guardar uma parte da sua memória familiar.

Diante dessa notícia relatada, em 1996, é cabível se perguntar: porque o TAM e os outros bens foram tombados somente em 2005? Por que não anteriormente? Por que nesse

---

<sup>10</sup>O conceito de ‘referências culturais’ surgiu a partir de meados da década de 70, quando os critérios adotados pelo IPHAN começaram a ser objeto de reavaliações sistemáticas, que levaram à proposta de uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais. Introduziu-se no vocabulário das políticas culturais, a noção de referência cultural, e foram levantadas questões que, até então, não preocupavam aqueles que formulavam e implementavam as políticas de patrimônio. (...)Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma identidade da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos fazeres e saberes, às crenças, hábitos, etc (FONSECA,2012, p.111-113).

ano? Por que todos juntos, num “pacote” só? A fim de responder essas indagações, analiso documentos oficiais e não oficiais, sendo as correspondências digitais da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José a principal fonte. Ao analisar esse tipo de documentação, Grigoletto e Marañon nos alertam: “não podemos deixar de levar em conta a importância do contexto por trás dos textos” (GRIGOLETO; MARAÑON, 2013, p. 2).

Uma das correspondências digitais da FMCT de São José afirma que os bens foram tombados emergencialmente, pois corriam risco de demolição.

Informamos ainda que o Theatro Adolpho Mello, assim como os demais imóveis considerados importantes para a preservação da memória histórica do Município, foram TOMBADOS por Decreto, do chefe do Executivo, em caráter excepcional e emergencial, com o objetivo de proteger rapidamente as edificações, à época ameaçadas de demolição iminente.<sup>11</sup>

De acordo com a correspondência, todos os decretos foram assinados pois os bens históricos corriam risco de demolição iminente. Nesse caso, a justificativa para a preservação desses bens é chamada de “retórica da perda”. De acordo com José Reginaldo Gonçalves (1996) citado por Rios (2016)

A “retórica da perda” seria a justificativa para o tombamento tendo em vista que um patrimônio representa uma memória e uma identidade nacional, e que seu desaparecimento por negligência do poder público, significaria também a perda desta memória e desta identidade (GONÇALVES *apud* RIOS, 2016, p. 143).

Essa fonte nos leva a outra pergunta: o que poderia ter acontecido anteriormente para que a Fundação Municipal de Cultura e Turismo acreditasse que os bens históricos estavam em perigo de serem destruídos?

Na Dissertação de Mestrado de Tatiana Cristina da Silva, intitulada *Centro Histórico de São José (SC): Patrimônio e Memória Urbana*, ela relata a demolição, em 2005, de um casarão eclético do final do século XIX, que apesar de não estar localizado na Área de Proteção Cultural (APC), estava bem próximo do Centro Histórico de São José, o que nos faz pensar que essa demolição, de um casarão centenário bem próximo do Centro Histórico, pode ter servido como um alerta para a Fundação Municipal de Cultura e Turismo de que os bens que eles consideram ter valor histórico-cultural para o município de São José estavam em perigo.

---

<sup>11</sup> ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. (003-Escritura Teatro – pasta Escritura do Teatro A. Mello – 0003-02) - Correspondências e ofícios da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José acerca da Escritura do “Theatro Adolpho Mello”, de agosto de 2013 a agosto de 2014.

É possível ainda pensar que a própria criação da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José (FMCT/SJ), um ano antes, em 2004, pode ter relação direta com esse “pacote” de tombamentos, pois até então em São José o setor de cultura era ligado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, não tendo um setor específico. Esse quadro muda a partir do momento em que é criada a FMCT/SJ, que tem status de secretaria, e que está vinculada ao gabinete da prefeitura, pois a Fundação já vem com a ideia de promover a cultura, propondo a revitalização do Centro Histórico e fomentando o turismo; e a melhor opção para salvaguardar esses bens históricos seria o tombamento.

É interessante ressaltar que qualquer indivíduo que conhece ou possui um bem que considera importante para a preservação da memória pode solicitar tombamento, não necessitando ser agente público ou político. Mas no caso do Theatro Adolpho Mello e dos demais bens, os tombamentos foram iniciativas municipais, ou seja, os bens selecionados levaram em conta os interesses da instituição de preservação e de agentes políticos.

Os Decretos foram firmados com base na Lei Ordinária 1.605/1985, sendo que em 2004 já existia a Lei 3.752/2001. A Lei 3.752/2001 criava, dentro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município – SPHAM -, que ficaria encarregado de instaurar o livro de tombo e a inscrição dos bens nele: “§ 2º - Os bens a que se refere o presente artigo só passarão a integrar o patrimônio histórico, artístico e natural do Município, com a sua inscrição, isolada ou agrupadamente, no competente livro de tombo”<sup>12</sup>.

Na mesma correspondência citada acima, a Fundação Municipal justifica que os tombamentos não foram baseados na Lei 3.705/2001 pelo caráter emergencial dos tombamentos e pela demora que demandaria os processos.

Por esta razão, segundo relatos, os tombamentos não foram realizados com base na Lei 3.752/2001, visto que o tempo de trâmite dos 22 processos demandaria aproximadamente um ano até a conclusão definitiva, culminado com a edição dos Decretos, ato final dos processos de TOMBAMENTO<sup>13</sup>.

A expressão “segundo relatos” abre alguma brecha para pensarmos se não haveria um outro motivo para que os tombamentos fossem baseados na Lei Ordinária 1.605/1985 e não na Lei atual vigente na época.

---

<sup>12</sup> LEIS MUNICIPAIS. Lei nº 7752, 27 nov. 2001. São José. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-jose/lei-ordinaria/2001/376/3752/lei-ordinaria-n-3752-2001-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-artistico-e-natural-do-municipio-cria-o-orgao-competente-e-das-outras-providencias>

<sup>13</sup> ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. (003-Escritura Teatro – pasta Escritura do Teatro A. Mello – 0003-02) - Correspondências e ofícios da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José acerca da Escritura do “Theatro Adolpho Mello” de agosto de 2013 a agosto de 2014.

Conforme a Lei 3.752/2001, a efetivação do tombamento só se concluiria com a inscrição do bem no livro de tomo. De acordo com Silva (2006, p. 155), “Na prática, nem o SPHAM e nem o livro de Tombo foram instituídos, ficando a lei sem efeito”. Se não existe um livro de tomo, não haveria como efetivar os tombamentos, o que nos permite pensar que por esse motivo a Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José recorreu à Lei Ordinária 1.605/1985 para decretar os tombamentos.

Cabe destacar aqui que o Livro de Tombo Municipal foi instituído posteriormente, em 17 de janeiro de 2006, pela Lei nº 4.429/2006, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Artístico e Cultural do Município. Essa Lei criou dentro da estrutura da FMCT/SJ o Serviço de Proteção ao Patrimônio Artístico e Cultural (SERPPAC), órgão consultivo e deliberativo, tendo como objetivo coordenar, executar e controlar as ações de tombamento dos bens considerados do interesse artístico e cultural do Município, além de bem levar a cabo a política de inventário, registro, conservação, restauro e divulgação dos bens protegidos pela Lei<sup>14</sup>. Em relação à atuação do SERPPAC, o último registro que encontrei foi através das mídias sociais: o órgão estava divulgando uma palestra intitulada “Patrimônio Industrial Europeu: desafios para sua preservação e seus usos”, que aconteceria no dia 11 de novembro de 2016. Ao que parece, depois desse período, o SERPPAC teve seu trabalho descontinuado, mas a atuação no campo da preservação cultural de São José continuava através da FMCT/SJ.

### **2.1.2. O Tombamento protege ou não o patrimônio?**

O tombamento é uma das principais formas de proteção e preservação dos bens culturais/ambientais, impedindo legalmente a sua demolição e descaracterização. Mas será que o tombamento, por si só, é o suficiente para proteger esses bens?

Na noite de 22 de agosto de 2010, um casarão construído no século XIX, tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal de São José, na Praia Comprida, foi demolido para a construção de um estacionamento<sup>15</sup> (Figura 3). O casarão foi tombado em 2005, pelo Decreto

---

<sup>14</sup> SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL. Cartilha do Patrimônio Histórico de São José – 2011. Disponível em: <http://ptdocz.com/doc/276386/cartilha-final---prefeitura-municipal-de-s%C3%A3o-jos%C3%A9>.

<sup>15</sup> MEMÓRIA coletiva: patrimônio histórico é testemunha do desenvolvimento da cidade. *Oi São José*, São José, ano XVI, nº 172, set. 2010. Disponível em: [http://www.oisaojose.com.br/site/index.php?ed=172&pag=show\\_editorial&editorial\\_atual=5&total=2&matéria=1339](http://www.oisaojose.com.br/site/index.php?ed=172&pag=show_editorial&editorial_atual=5&total=2&matéria=1339).

nº18.705/2005, portanto os proprietários não poderiam fazer nada no local se não tivessem o aval da prefeitura.

É fato que, em razão do tombamento, o proprietário de um imóvel fica obrigado a conservar o bem com as mesmas características que o motivaram e justificaram o mencionado ato administrativo. Impedido está, o proprietário, ao menos, de destruí-lo ou descaracterizá-lo (GASPARINI, 2005, p. 69).

O proprietário declarou desconhecer que o edifício era protegido por lei. Em entrevista dada ao *Jornal Oi São José*, em setembro de 2010, o superintendente da FMCT/SJ Djalma Cardoso esclarece os procedimentos referentes à demolição do casarão tombado.

Com relação à destruição do casarão, iremos seguir a lei. A Fundação de Cultura deve aplicar uma multa de 100% do valor do imóvel, embora seja complicado definir o valor do imóvel, e a SUSP aplicará outra multa, relativa aos danos ao Meio Ambiente. Além disso, vamos fazer a divulgação e a identificação de todos os imóveis tombados, para que ninguém possa alegar que desconhecia que o prédio era tombado (MEMÓRIA..., 2010,s/p).

Figura 3: Entreposto Comercial da Praia Comprida – Demolido em 2010



Fonte: Cartilha do Patrimônio Histórico de São José – 2011. Disponível em:  
<http://ptdocz.com/doc/276386/cartilha-final--prefeitura-municipal-de-s%C3%A3o-jos%C3%A9>

Com o intuito de que episódios como esse não aconteçam novamente, a Prefeitura Municipal de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José/

SERPPAC, lançou uma cartilha em novembro de 2011 para preservar o patrimônio cultural de São José, intitulada *Cartilha do Patrimônio Histórico de São José*<sup>16</sup> (Figura 4).

Figura 4: Capa da Cartilha do Patrimônio Histórico de São José



Fonte: Cartilha do Patrimônio Histórico de São José – 2011. Disponível em: <http://ptdocz.com/doc/276386/cartilha-final--prefeitura-municipal-de-s%C3%A3o-jos%C3%A9>

Nessa cartilha, constam todos os prédios tombados do município de São José para consulta, além dos direitos e deveres dos proprietários de bens tombados e informações acerca da preservação e tombamento de bens culturais. Dentre as principais informações contidas na cartilha, podemos destacar: os modelos de correspondências para solicitação de um tombamento de um bem, e o pedido de redução de IPTU do Bem Tombado (Figura 5).

<sup>16</sup> SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL. Cartilha do Patrimônio Histórico de São José – 2011 Disponível em: <http://ptdocz.com/doc/276386/cartilha-final---prefeitura-municipal-de-s%C3%A3o-jos%C3%A9>.



Figura 5: Modelos de Correspondências

|   |   |
|---|---|
| <p><b>MODELO Nº 01</b></p> <p>Requerimento ao Prefeito Municipal solicitando o tombamento de Bem.</p> <p>Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,</p> <p>(Nome), morador do Município de São José, residente na Rua (...), RGº (...), CPF(...), amparado na Lei Municipal Nº 4.429, de 17 de janeiro de 2006, combinada com o Decreto Municipal Nº 33.139/2011, vem solicitar a Vossa Excelência o tombamento de Imóvel de minha propriedade (ou de outrem), por considerar que se trata de um bem que se enquadra na definição de patrimônio de valor histórico-cultural, com significado e importância para a preservação da memória.</p> <p>Trata-se de um imóvel localizado em (...) (descrição detalhada do imóvel).</p> <p>Nestes termos, pede deferimento e os encaminhamentos cabíveis.<br/>São José, (dia) de (mês) de (ano)</p> <p>Nome do requerente<br/>(assinatura)</p> | <p><b>MODELO Nº 02</b></p> <p>Requerimento ao Prefeito Municipal solicitando a redução de IPTU do Bem tombado, em conformidade com o que estabelece a Lei nº4.429 e Decreto Regulamentar nº 33.139.</p> <p>Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,</p> <p>(Nome), morador do Município de São José, residente na Rua (...), RGº (...), CPF(...), amparado na Lei Municipal Nº 4.429, de 17 de janeiro de 2006, combinada com o Decreto Municipal Nº 33.139/2011, vem solicitar a Vossa Excelência a redução do IPTU deste exercício, do Bem tombado de minha propriedade, pelo Decreto de Tombamento nº(...), de acordo com o que estabelece a Lei e Decretos citados.</p> <p>Nestes termos, pede deferimento e os encaminhamentos cabíveis.<br/>São José, (dia) de (mês) de (ano)</p> <p>Nome do requerente<br/>(assinatura)</p> |
|---|---|

Fonte: Cartilha do Patrimônio Histórico de São José – 2011 Disponível em:  
<http://ptdocz.com/doc/276386/cartilha-final---prefeitura-municipal-de-s%C3%A3o-jos%C3%A9>.

Se observarmos a capa da Cartilha do Patrimônio Histórico de São José (Figura 4), podemos notar que o Teatro Adolpho Mello é o bem selecionado para estar nessa capa. Há uma certa ironia nisso, pois o Teatro Adolpho Mello foi interditado dois anos depois da criação da cartilha, pela situação precária em que se encontrava; então, escolheu-se o TAM para representar a “preservação dos patrimônios” e esse mesmo bem patrimonial foi relegado a terceiro plano, não foi conservado e nem preservado.

Um caso similar ao de São José também ocorreu em 2013 no Centro de Florianópolis, o que reacendeu as discussões sobre a preservação de patrimônios culturais. Em agosto de 2013, um casarão tombado foi destruído sem a autorização da prefeitura, de acordo com o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), a casa era tombada pelo município desde 1986. O proprietário alegou que o edifício estava com sua estrutura comprometida, por isso a demoliu e negou que a casa fosse tombada<sup>17</sup>. Em ambos os casos, os proprietários alegam desconhecimento de que o bem era tombado, e por razão disso destruíram a edificação quando se fez necessário.

A partir disso, é possível pensar em dois pontos: um é o despreparo dos órgãos municipais quanto a repassar as informações dos bens tombados aos seus proprietários e a fiscalizá-los, uma deficiência ainda presente. E o outro ponto é o interesse dos proprietários

<sup>17</sup> ROSA, Gabriel. Casarão tombado em Florianópolis é demolido e IPUF denuncia dono por crime contra patrimônio histórico. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 05 ago. 2013. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2013/08/casarao-tombado-em-florianopolis-e-demolido-e-ipuf-denuncia-dono-por-crime-contr-patrimonio-historico-4223905.html>

desses bens, que se aproveitam das fragilidades dos órgãos de competência e põem seu interesse particular à frente do interesse cultural coletivo. No caso de São José, fica explícito o interesse financeiro através da demolição, pois a edificação tombada deu lugar a um lucrativo estacionamento de um clube particular.

Muitas vezes, por interesses egoísticos, vê-se destruídos bens com valor histórico, principalmente bens imóveis localizados nas cidades brasileiras, são os interesses financeiros particulares colocados à frente dos interesses culturais da coletividade (CAVALCANTI, FEITOSA, MOTA, 2015, p. 14).

Podemos perceber que o tombamento por si só não consegue proteger os bens patrimoniais, são necessários fiscalização e conhecimento a respeito da preservação de patrimônios. Quando um monumento histórico cultural é tombado, acredita-se que será preservado, cuidado, mantido. De acordo com a Cartilha de Proteção Legal do Patrimônio Cultural, organizada pela Fundação Catarinense de Cultura:

O tombamento, em qualquer nível que seja (municipal, estadual ou federal), não traz consigo o ônus de uma obrigatoriedade de recursos para restaurações. O simples ato de tomar não quer dizer que o governo esteja obrigado a ressarcir o proprietário das despesas necessárias à manutenção de um bem cultural. Cabe a comunidade zelar por seu próprio patrimônio: só assim ela terá garantida a preservação de sua história e de sua identidade cultural (FCC, 2010, p. 6).

Mas, no Brasil, muitas vezes não é isso que acontece, como podemos observar no exemplo citado do Centro de Florianópolis.

Hoje em dia, é comum presenciar de maneira geral o tombamento de prédios antigos, embora isso não resulte necessariamente em uma preservação, uma vez que o poder público e a sociedade se vêm abstendo do seu dever de acompanhar e manter o patrimônio cultural (SILVA, FALCÃO, BARBOSA, 2011, p. 62). Além do tombamento, diversas outras ações tornam-se necessárias, como por exemplo, a educação patrimonial e a restauração/preservação/conservação, como forma de proteção e valorização dos bens tombados e da memória (CAVALCANTI, FEITOSA, MOTA, 2015, p. 299). Nesses casos, é imprescindível o investimento por parte do Estado em educação e em projetos de restauração/conservação dos patrimônios culturais.

## 2.2.O DESCASO COM O PATRIMÔNIO: THEATRO ADOLPHO MELLO

O descaso com o patrimônio histórico cultural de São José acabou na interdição do Theatro Adolpho Mello (TAM) em março de 2013. A pedido da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José, foi realizada uma vistoria no Theatro Adolpho Mello, o que

acarretou a interdição do espaço pela Defesa Civil. O espaço teve que ser fechado preventivamente devido ao comprometimento de sua estrutura. A interdição do Theatro foi noticiada pelo jornal *Oi São José* em 13 de março de 2013: “Entre os problemas constatados estão o madeiramento com sinais de apodrecimento, rede elétrica com risco de curto circuito, telhas quebradas e extintores fora da validade” (THEATRO..., 2013, p. 14).

Podemos comparar dizendo que a situação em 2013 não é muito diferente do final dos anos 1980, que o descaso com o TAM não é um caso atual. A situação calamitosa do TAM já podia ser percebida ainda em 1987, quando o *Jornal de Santa Catarina* publica uma matéria, em 7 de abril do mesmo ano, intitulada *Theatro Adolpho Mello – Arte entregue às baratas*, onde relata a situação precária do TAM.

Calhas de telhado em péssimo estado; goteiras e infiltração por todos os lados; equipamentos de som e luz precários e improvisados em local inadequado; completa falta de material de limpeza e manutenção, (nem escrivania e máquina de escrever tem- são do diretor); o painel frontal do palco destruído pelo aterro sem vedação; o mofo corrói as telas e ameaça toda a pintura artística. É nesta situação de abandono que se encontra o Theatro Adolpho Mello, antigo “Teatrinho Municipal de São José”, que tem capacidade para 150 lugares (HOFFMAM, 1987, p. 24).

Segundo a matéria, desde 1984 o diretor do teatro na época, Carlos Antônio Gerlach, vinha cobrando providências à Prefeitura Municipal de São José e à FCC, para que o teatro fosse recuperado por fora e por dentro, evitando assim a sua ruína, mas nada havia sido feito. O artista plástico Rodrigo de Haro também lamenta a situação, “lamenta que as autoridades catarinenses tenham aderido à triste típica tradição brasileira de deixarem as coisas caírem aos pedaços”<sup>18</sup> (HOFFMAM, 1987, p. 24).

Menos de um ano depois, o *Jornal Diário Catarinense* também publica, em 01 de fevereiro de 1988, *O Theatro Adolpho Mello está as moscas*, relatando o estado de abandono do teatro. “Faltam lâmpadas, alguns refletores estão queimados e tem muitas calhas rachadas - o que provoca umidade nas grossas paredes e, por esse motivo, causa sérias danificações às pinturas de Rodrigo Haro, feitas em compensado” (AMORIM, 1988, p. 1).

Quase dez anos após a matéria do *Jornal de Santa Catarina* (07/04/1987), que relatava a situação delicada do TAM, parece que nada mudou, pois o jornal *O Estado* publica, em 04 de maio de 1996, uma situação semelhante à de 1987.

A infiltração no pavimento térreo, a disposição das peças sanitárias, principalmente dos mictórios, e a inexistência de alguns aparelhos de ar condicionado, iluminação e sonorização, são os principais problemas do teatro, além do má estado de conservação dos móveis, os quais oferecem perigo aos expectadores. Uma cadeira,

<sup>18</sup> No interior do Theatro Adolpho Mello contêm painéis do artista plástico Rodrigo Antônio de Haro. Os painéis encontram-se em estado de deterioração.

devorada pela ação dos cupins, foi o responsável pelo acidente ocorrido com uma senhora, no ano passado. O fato levou a direção da casa a decidir pelo fechamento do teatro até que fossem realizadas as reformas necessárias (RAMELLA, 1996, p. 3).

Analisando essas notícias, podemos encontrar similaridades, discrepâncias e continuidades. Todas as quatro notícias relatam em comum a situação precária e o abandono do teatro, o que as diferem é que, em 1987 e 1988, o TAM estava sobre os cuidados da FCC, e já a partir de 1994 o teatro passa a pertencer à Prefeitura de São José, então a responsabilidade de preservação em 1996 e 2013 é da prefeitura, ou seja, a instituição responsável pelo patrimônio mudou mas a situação do teatro não, o descaso com a cultura continuou, apesar do responsável ser outro.

O descaso com o patrimônio é um reflexo da falta de interesse político com a preservação da história, de investimentos em políticas públicas para a sua manutenção e conseqüentemente a falta de verba para restauro e recuperação. “No Brasil, o cuidado do patrimônio sempre esteve a cargo da elite, cujas prioridades têm sido tanto míopes como ineficazes” (FUNARI, 2001, p. 6).

O problema que o TAM enfrenta hoje é resultado de anos de falta de manutenção adequada. A última grande reforma que o TAM recebeu foi em 1980. Desde então, vem recebendo pequenos reparos, sendo o último em 2007. Desde o dia em que foi interditado, o espaço encontra-se fechado.

### **2.2.1. A escritura do teatro**

Com problemas estruturais, o TAM necessitava de recursos financeiros para a sua recuperação. A procura por verbas acabou na descoberta de um novo problema, a falta de documentação do Teatro Adolpho Mello.

Analisando as correspondências digitais da FMCT/SJ, deparei-me com a informação de que o Teatro Adolpho Mello, em 2013, ainda não possuía Registro de Matrícula e de Imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis de São José e nem Escritura Pública, ou seja, oficialmente ele não existia.

Em entrevista dada ao ‘Jornal do Almoço’ (JA) em 28 de agosto de 2013, o superintendente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José da época, Cauê Martins, confirma a situação do TAM:

É isso mesmo, infelizmente a assessoria jurídica da Fundação percorreu todos os cartórios do município e não encontrou esse registro de imóvel, nós estamos fazendo

um levantamento de dados históricos que comprovam que ele foi repassado ao município, para que assim a gente possa entrar com o pedido junto do judiciário de usucapião.<sup>19</sup>

Na correspondência de 10 de março de 2014, a FMCT/SJ comprova, através de documentos em livro tomo da Paroquia de São José, a doação do imóvel pela mitra para a Prefeitura de São José. Em outras correspondências, a FMCT/SJ apresenta o pedido de usucapião<sup>20</sup> por parte da prefeitura.

Mas por que somente em 2013 foi descoberta a inexistência da Escritura do TAM, sendo que o teatro existia há anos? As correspondências da FMCT/SJ não deixam clara essa informação, mas a interdição do Theatro Adolpho Mello, no início de 2013, pela Defesa Civil, deve ter sido o principal indício disso. Com o TAM interditado devido à precariedade em que se encontrava, a FMCT/SJ, órgão responsável pelos patrimônios de São José, precisava captar recursos para sua recuperação, e nessa busca devem ter descoberto que o TAM estava sem registro e sem escritura. Foi preciso o TAM ser interditado para que se descobrisse que nem escritura ele tinha ainda: isso nos demonstra ainda mais o descaso com o patrimônio cultural.

Durante esses seis anos, pudemos acompanhar, através de notícias, as diversas vezes que a data de reabertura do Theatro Adolpho Mello mudou e a constante batalha para se conseguir verba para a sua recuperação total.

No dia 8 de setembro de 2016, foi ao ar no *Jornal do Meio Dia* da RIC Record SC uma reportagem sobre o Theatro Adolpho Mello, averiguando o porquê das obras de recuperação estarem paralisadas três anos depois de interditado. A primeira etapa seria a troca do telhado para evitar mais infiltrações no espaço, mas nem essa parte ainda tinha sido finalizada. Já em julho de 2018, uma reportagem do *Programa SC no Ar* evidencia que a data de conclusão da primeira etapa da obra era para ter sido em novembro de 2017, o que no caso não ocorreu.

A recuperação total do Theatro Adolpho Mello foi dividida em 4 etapas, de acordo com as informações dadas ao *Jornal Hora de Santa Catarina* em 13 de novembro de 2016: a primeira etapa seria a reforma do telhado; a segunda, a reforma da fachada e das esquadrias via processo licitatório; a terceira etapa faz parte da segunda fase da recuperação, que são as obras no sistema elétrico e hidráulico; e por último, a quarta etapa, a mais importante e difícil, a restauração e reforma interna do teatro.

---

<sup>19</sup> MARTINS, Cauê. [Entrevista concedida a] *Jornal do Almoço (JA)*. Florianópolis: RBS, 28 ago.2013. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2787146/>.

<sup>20</sup> Usucapião é o direito que o indivíduo adquire em relação à posse de um bem móvel ou imóvel em decorrência da utilização do bem por determinado tempo, contínuo e incontestadamente. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/63442/usucapiao-conceito-especies-e-requisitos>.

A recuperação da parte externa foi concluída com atraso em abril de 2018, e agora a obra encontra-se paralisada, pois a reparação da parte interna do edifício é a mais complexa e custosa. Como a Prefeitura Municipal de São José não tem verba para arcar com essa reforma, a FMCT/SJ teve que captar recursos para reabrir o Teatro Adolpho Mello. A resposta para a captação de recursos veio através do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL)<sup>21</sup> do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC).

De acordo com a notícia divulgada pela NSC Total, em 23 de fevereiro de 2019, a restauração do Teatro Adolpho Mello, em São José, deve recomeçar em julho.

A restauração do teatro prevê a recuperação de toda a parte interna, incluindo adaptações para a acessibilidade, mobiliário, palco e cadeiras. A obra está orçada em R\$ 1,5 milhão. Deste total, R\$ 500 mil será disponibilizado pelo Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) (RESTAURAÇÃO..., 2019, s/p).

A preservação do patrimônio cultural não é responsabilidade exclusivamente do poder público, e a falta dela não pode ser explicada somente pelas dificuldades orçamentárias e burocráticas. A comunidade também tem grande responsabilidade na preservação dos patrimônios. Segundo Dias (2005), tinha-se a ideia romantizada de que as edificações antigas não eram preservadas por puro descaso, e o vilão principal e único era o Poder Público. “Hoje sabemos que apesar do Poder Público ser o detentor dos mecanismos legais e oficiais de preservação ele não é o único elemento responsável pela preservação. A sociedade como um todo é a responsável por este processo” (DIAS, 2005, p. 142).

A responsabilidade, tanto do poder público quanto da sociedade, perante a conservação dos patrimônios também pode ser evidenciada na fala de Gasparini (2005) citado por Cavalcanti, Feitosa e Mota (2015, p. 302):

(...) mesmo com a preocupação do poder público em resguardar esses bens de valor histórico cultural, mediante tombamento, eles acabam ficando esquecidos, sucumbindo a ação do tempo, seja pela falta de estrutura pública em manter a preservação e conservação, ou pela ação humana, que sem o conhecimento e entendimento do que significam passam a atentar contra a sua integridade e existência.

Quando não preservamos nossos patrimônios, corremos o risco de perder os aportes materiais das memórias, os indícios - como é o caso do TAM.

---

<sup>21</sup> O FBRL é um fundo financeiro proveniente de condenações, multas e acordos judiciais e extrajudiciais em face de danos causados à coletividade em áreas como meio ambiente, consumidor e patrimônio histórico. O objetivo principal do FRBL é custear projetos que previnam ou recuperem danos sofridos pela coletividade. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/fundos-do-ministerio-publico/frbl>.

### 2.3.OS USOS DO THEATRO ADOLPHO MELLO

Ao longo dos seus 163 anos, o espaço do Theatro Adolpho Mello já foi utilizado como teatro; abrigo durante a Revolução Federalista (1894-95); cinema; escola de artes; e, mais recentemente, palco para oficinas de teatro. Podemos perceber que o espaço do TAM já teve diferentes usos ao longo do tempo, e isso se deve à função útil daquele espaço para a sociedade. De acordo com Gasparini (2005), o patrimônio também tem sua função social:

O patrimônio deve ser conservado em seu valor histórico e ainda prestar uma função útil a própria cidade que o abriga [...], e os edifícios históricos devem também cumprir sua função social, atendendo os anseios da comunidade além daquela relacionada a preservação da história (GASPARINI, 2005, p. 45).

A função social de um patrimônio é moldada de acordo com o contexto histórico, o tempo e os sujeitos, por isso um mesmo espaço pode ser utilizado de várias formas com o passar do tempo.

A interdição do teatro, além de configurar um descaso com a preservação dos patrimônios, também afetou a sua função social; com o seu fechamento, perdeu-se também um espaço útil à sociedade. Quando foi interditado, o espaço abrigava as “oficinas de Theatro Adolpho Mello”, devido ao seu fechamento as oficinas passaram a ser ministradas em lugares improvisados, como na Casa de Cultura. Se pensarmos nas consequências imediatas da interdição desse espaço, os professores e alunos das oficinas de teatro foram os mais prejudicados, mas por que não encontramos suas vozes nas notícias de jornais sobre o descaso com o Theatro Adolpho Mello?

Analisando alguns jornais que tratam do TAM, é possível perceber que quem detém o poder de fala são agentes públicos e técnicos, em nome de instituições, nesse caso especificamente da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José e da Prefeitura Municipal de São José, além de intelectuais ligados à cultura, como os irmãos Gerlach e Osni Machado.

Contrária a essa premissa, temos uma matéria do jornal *Hora de Santa Catarina*, de 7 de maio de 2018, que traz algumas falas de moradores de São José sobre o fato do Theatro Adolpho Mello ainda estar fechado e uma entrevista com o pesquisador Osni Machado. Esse pesquisador da cultura josefense lamenta que o TAM ainda esteja de portas fechadas: “Essa obra tá entristecendo a gente porque tá demorando muito” (BAZZO, 2018, s/p). Muitos moradores de São José não tiveram a oportunidade de conhecer o TAM, como é o caso do motorista Marcelo Amorim, de 34 anos, “Eu moro aqui há três anos e não conheço. Toda vez

que eu passo aqui tem esses tapumes. Gostaria que ele abrisse, pois será bom para a cultura da cidade e também para as crianças” (BAZZO, 2018, s/p).A também moradora Camila Nunes reafirma a importância da reabertura do TAM: “Eu nunca vi aberto, isso que passo todos os dias. Também nunca entrei e acho muito complicado ele ficar fechado tanto tempo, ainda mais que é no centro histórico e é importante para a educação das crianças” (BAZZO, 2018, s/p).

Cabe destacar que o jornal parece querer trazer um “pesquisador da cultura josefense” para dar mais “credibilidade” à notícia, sendo que poderiam se referir ao Sr. Osni Machado como um morador local também. Apesar de a notícia apresentar falas de moradores, o que é importante, pois apresenta uma perspectiva diferente, não podemos deixar de observar que os jornais apresentam somente falas de moradores josefenses favoráveis ao teatro, não mostram opiniões contrárias (o que certamente deve ter), evidenciando que partem de um pressuposto favorável ao TAM. Ao utilizar o jornal como fonte, é preciso ter em mente que as fontes escritas têm suas limitações. Segundo Pollak (1992, p. 207), “Se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é(...)”. Por esse motivo, ao analisar as notícias devemos nos perguntar: com qual propósito foi escrito, e por quem? “Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (BACELLAR, 2005, p. 63).

As vozes dos alunos das oficinas do Theatro Adolpho Mello conseguem ser ouvidas através do Blog “Memória Adolpho Mello”, já mencionado nessa pesquisa, produzido em 2015, que conta com diversas matérias, sendo três delas intituladas “Em defesa das Oficinas #1”, “Em defesa das Oficinas #2” e “Filho do Theatro Adolpho Mello”, sendo a última uma entrevista com o ator e ex-aluno das oficinas teatrais Marcinho Gonzaga.

Eu sou filho do teatro Adolpho Mello, eu sou filho da história do Adolpho Mello, poder dizer quando o filho vê o pai doente, ele quer tentar abraçar, tentar fazer alguma coisa pra melhorar, fazer com que ele tenha força. (...) Queria que esse teatro aqui voltasse à ativa o quanto antes. Minha passagem pelo Adolpho Mello ela me deu uma estrutura de respeito, principalmente pelo patrimônio histórico, pelo bem público. A expectativa é que volte a atuar em cima desse palco.<sup>22</sup>

Observando a fala do ex-aluno, vemos que a luta para reabertura do Theatro Adolpho Mello não é só uma questão de restaurar um patrimônio histórico, que faz parte da memória desse município, é a luta pela volta de um espaço social de cultura.

---

<sup>22</sup> GONZAGA, Marcinho. Filho do Theatro Adolpho Mello. [Entrevista concedida a] Blog Memória Adolpho Mello. São José, 01 jun.2015. Disponível em: <https://memoriatheatro.wixsite.com/memoriaadolphomello/single-post/2015/06/01/Filho-Do-Theatro-Adolpho-Mello>.



Os discursos em relação à preservação do TAM, muitas vezes, parecem ser um tanto “saudosistas”, no sentido de enaltecer o que ele já foi um dia, e não pensando no que esse patrimônio representa hoje, como se a função social atual desse espaço não fosse fazer parte da memória do TAM um dia.

Pensando que o espaço do Theatro Adolpho Mello já teve diferentes usos, que ele pode ter esses mesmos usos novamente, ou até outros, não é difícil imaginar que o TAM possa ter sua função social alterada novamente, ainda mais com um Projeto de Revitalização do Centro Histórico em andamento.

No mesmo mês que o TAM foi interditado, saiu a notícia de que a Fundação de Cultura de São José queria tornar São José uma Cidade Histórica.

Atualmente, a Fundação de Cultura está empenhada em transformar São José em uma cidade histórica, assim como Laguna. Caê Martins, superintendente adjunto, explica que com este título, a cidade lucraria com mais movimento de turistas, o que, conseqüentemente, movimentaria restaurantes e o comércio em geral (FUNDAÇÃO..., 2013, p. 12).

Com a perspectiva de um centro histórico como destino turístico em pauta desde 2013, a FMCT lançou em setembro de 2017 um projeto de revitalização do centro histórico voltado ao mar. O projeto prevê a construção de um trapiche, quadras esportivas, área de convivência e praça.

O Centro Histórico de São José vai resgatar sua relação com o mar. O projeto de revitalização da orla foi apresentado a comunidade na noite de quinta-feira e se integra ao restauro do Teatro Adolpho Mello e a recuperação da Bica da Carioca (CENTRO..., 2017, s/p).

A primeira parte concluída desse projeto foi a recuperação da Bica da Carioca, que aconteceu em fevereiro de 2018, e, mais recentemente, em setembro de 2019, ocorreu a inauguração da Revitalização da Orla do Centro Histórico de São José. Sobre o Projeto de Revitalização, podemos destacar a fala da prefeita Adeliana Dal Pont (2019):

Além da valorização cultural, a revitalização do Centro Histórico vai possibilitar que a comunidade volte novamente os seus olhos para a orla de São José, que por meio das benfeitorias construídas naquele espaço público, se consolidará, definitivamente, como uma das principais rotas de visitação turística da nossa cidade.<sup>23</sup>

É possível observar em sua fala que a Revitalização do Centro Histórico é vista como potencial turístico, ou seja, com um potencial econômico. De acordo com Aragão e Carvalho (2013, p. 707), a revitalização de centros históricos “vem incorporando novos valores e

<sup>23</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. *Inauguração do Trapiche e Orla do Centro Histórico de São José será neste sábado(14)*. (2019) Disponível em: <https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/inauguracao-do-trapiche-e-orla-do-centro-historico-de-sao-jose-sera-neste>.

significados que se refletem em novos usos do patrimônio cultural, o que se traduz no processo de turistificação do centro histórico”.

A FMCT demonstra, através desse projeto, que pretende redefinir o uso do Centro Histórico relacionando preservação e desenvolvimento.

O processo de revitalização é um mecanismo de preservação do patrimônio de cidades históricas e inclui a produção de novos cenários, novas paisagens, com a articulação entre a tradição e a modernidade, como via de construção da cidade imagem, signo central em um mundo globalizado (ARAGÃO; CARVALHO, 2013 p. 707).

Como o restauro do Theatro Adolpho Mello foi incorporado ao Projeto de Revitalização, fica um questionamento em aberto: após a reabertura do TAM, o teatro vai continuar sendo espaço para as oficinas teatrais ou vão ser incorporados novos valores e significados que alteraram sua função social?

#### 2.4. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ALIADA NA PRESERVAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS

Um meio de preservar os bens é através da educação patrimonial, que tem um papel importante na questão de reconhecimento e valorização dos patrimônios pelos cidadãos. “A questão da cidadania sempre esteve dependente do acesso à informação, mas, o que se percebe hoje é que a população ainda não sabe que tem responsabilidade e poder de reivindicar a preservação de sua memória” (MACHADO, PEREIRA, 2008, p. 37).

Existem diferentes concepções sobre Educação Patrimonial: Educação com o Patrimônio; Educação para o patrimônio, Educação e Patrimônio. Porém, aqui nesta pesquisa, vou trabalhar com a perspectiva de educação patrimonial de acordo com os seguintes autores: Albuquerque(2012), Cavalcanti, Feitosa e Mota (2015) e Demarchi (2018).

A Educação Patrimonial apresenta-se como suporte de conhecimento a promover no indivíduo a noção de cidadania, desenvolvendo assim, de modo coletivo, o sentido de pertencimento e apoderamento, elementos basilares para a sensibilização da sociedade e geradores do orgulho e auto-estima, que fazem elevar o senso de preservação do patrimônio cultural (ALBUQUERQUE, 2012, p. 5).

A Educação Patrimonial pode ser uma das chaves para divulgar a riqueza patrimonial josefense, pois quando a comunidade começa a reconhecer um bem cultural como patrimônio próprio, passa a protegê-lo e preservá-lo.

Para exercer plenamente sua função de instrumento de propagação da memória, os patrimônios culturais precisam, não apenas ser considerados como tal e tombados pelos órgãos responsáveis, mas também preservados, conservados, valorizados e

reconhecidos pela sociedade o que pode ocorrer mediante educação patrimonial dos cidadãos ainda na infância, por exemplo, a partir dos primeiros anos escolares (CAVALCANTI, FEITOSA, MOTA, 2015, p. 299).

Acredito que o tombamento consegue proteger o patrimônio desde que exista uma cultura de valorização do patrimônio cultural, pois os cidadãos ainda não têm plena consciência da importância de conservar o patrimônio cultural. A falta de consciência em relação à conservação do patrimônio histórico e cultural, por muitas vezes, é devido ao fato do patrimônio não ter relação/vínculos com os cidadãos, ou ainda dos cidadãos não terem acesso a esses patrimônios.

Como grande parte da população não é levada a frequentar espaços de guarda da memória, acabou acontecendo um distanciamento das preocupações e ações de educação patrimonial da grande maioria da população, que, por sua vez, acaba não reconhecendo estes espaços e os bens patrimoniais como seus (PAIM, 2013, p. 311).

Em alguns casos, os patrimônios estão muito distantes da realidade dos cidadãos, e cabe aos órgãos competentes do patrimônio estreitar esse relacionamento.

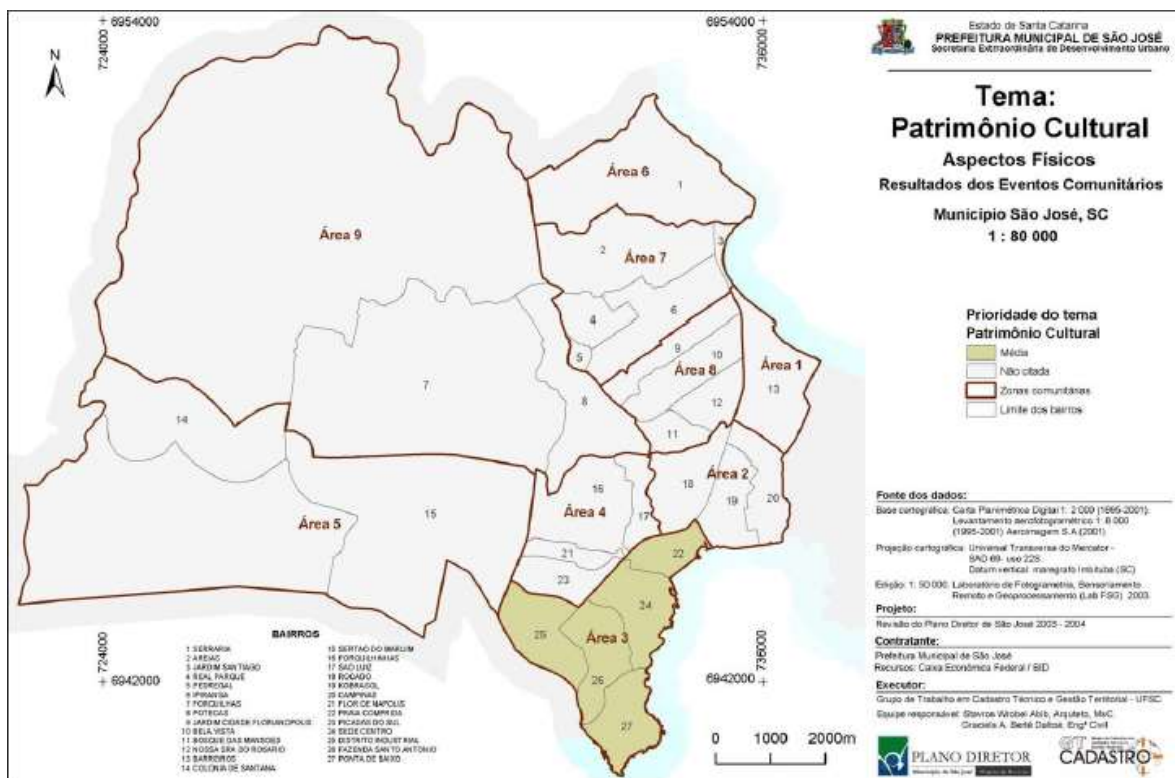
A relação entre a comunidade josefense e seus patrimônios é mais próxima quando os cidadãos cresceram, residiram ou residem no Centro Histórico de São José e em suas proximidades, ou ainda aqueles que participam das atividades relacionadas ao Centro Histórico, ou seja, os cidadãos que criam relações e vínculos afetivos com o Centro Histórico são mais próximos de seus patrimônios e tendem a querer protegê-lo e preservá-lo.

É possível observar essa aproximação através da Leitura da Cidade realizada no período entre maio a julho de 2003, para a elaboração da Proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor do Município de São José de 2004 e também através de falas de alunos e profissionais das oficinas de teatro do TAM após ele ter sido interditado em 2013.

A Proposta de Plano Diretor de 2004 foi elaborada com a participação popular, a leitura comunitária identificou junto com os habitantes os principais problemas e possíveis soluções para o crescimento da cidade e da melhoria da qualidade de vida. Para fazer a leitura comunitária, São José foi dividida em 9 áreas: Área 1: Barreiros; Área 2: Campinas, Kobrasol e Roçado; Área 3: Praia Comprida, Centro Histórico/Sede, Fazenda Santo Antônio, Ponta de Baixo e Distrito Industrial; Área 4: Forquilha, Picadas do Sul, Flor de Nápolis, São Luiz e Picadas do Norte; Área 5: Colônia Santana e Sertão do Maruim; Área 6: Serraria; Área 7: Areias, Jardim Santiago, Real Parque, Ipiranga e Pedregal; Área 8: Bela Vista, Jardim Cidade de Florianópolis, Nossa Senhora do Rosário e Bosque das Mansões; Área 9: Potecas, Forquilha e Alta Forquilha.

Dentre todas essas Áreas, a preocupação com o Patrimônio Cultural apareceu somente em uma área, na Área 3 (Figura 6), esta, não coincidentemente, composta pelo Centro Histórico e seu entorno. Isso não significa que os cidadãos das outras áreas não tenham interesse na cultura, mais sim que existe um distanciamento deles com os patrimônios oficiais de São José. Dentre os principais problemas apresentados na leitura comunitária estão: 1º abandono da Bica da Carioca, 2º deterioração do patrimônio, 3º falta de sinalização turística, 4º falta de fiscalização das novas construções, 5º poluição visual do centro histórico e 6º falta de manutenção das fachadas.

Figura 6: Mapa Patrimônio Cultural -SJ



Fonte: Projeto de Revisão do Plano Diretor de São José (SC) - PRPDSJ. Leitura da Cidade. Análise e diagnóstico. São José, abril de 2004

Cabe lembrar aqui que a Bica da Carioca foi revitalizada somente em 2018, mas alguns moradores já sinalizavam a sua preocupação com ela ainda em 2003, e a deterioração do patrimônio só se agravou, pois temos como exemplo a interdição do TAM em 2013.

Além dos moradores que cresceram, residiram ou residem no Centro Histórico de São José, as pessoas que vivem o Centro Histórico de alguma forma também criam vínculos com seus patrimônios e passam a querer preservá-lo. Esse é o caso dos alunos e profissionais que fazem parte das oficinas de Theatro Adolpho Mello, a interdição do espaço teve um impacto maior sobre eles, pois as oficinas teatrais eram ministradas no interior do teatro. Após o

fechamento do TAM, as oficinas passaram a acontecer na Casa da Cultura de São José e apresentadas no Teatro do Centro Multiuso de São José.

Em entrevista ao Blog “Memória Adolpho Mello”, em 25 de maio de 2015, a professora Ladice Almeida, responsável pelas oficinas teatrais no TAM, fala sobre as dificuldades com o fechamento do teatro: “os alunos tem pouco tempo de ensaio em um palco de verdade”, já que o Multiuso tem uma agenda comprometida. Já a aluna Kauani Truppel que participa das oficinas desde 2012, fala da sensação de estar no palco do Theatro Adolpho Mello, “Eu tinha vontade de ficar lá dentro, é um lugar pequeno mas cheio de histórias, tinha uma energia inexplicável”. O ator Nériton Martins reitera a preocupação com o Theatro, afirma que a situação do TAM reflete a pouca importância que dão a cultura: “O fechamento de um teatro centenário, o mais antigo de Santa Catarina, é um descaso com a sociedade e com a classe artística da cidade. Nós vamos lutar pelo Adolpho Mello, somos josefenses e temos compromisso com a nossa comunidade”<sup>24</sup>.

Quando o setor cultural de São José ainda era ligado ao setor de educação, o distanciamento entre os órgãos competentes da cultura e a comunidade era ainda maior. Com a criação da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José em 2004, trazendo um novo olhar para questão cultural, visando a cultura como um potencial turístico, ela tenta estreitar esse distanciamento. Podemos pensar na tentativa de proximidade entre a FMCT/SJ e a comunidade através de dois projetos realizados pela Fundação: o projeto “Conhecer São José” e a “Feira da Freguesia”.

#### **2.4.1. O Projeto Conhecer São José**

O projeto “Conhecer São José” foi criado pela Lei Municipal nº 5101, em 4 de julho de 2011, e tem como objetivo difundir a cultura e a história do município por meio de visitas guiadas aos espaços e prédios públicos históricos.

A responsabilidade do projeto ficou a cargo da FMCT/SJ, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social.

Fica criado o Projeto "Conhecer São José" na Rede Municipal de Ensino do Município de São José, pelo qual os alunos do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São José devem visitar, durante o ano escolar, pelo menos duas das seguintes instituições ligadas ao Poder Público ou ao patrimônio histórico-cultural Josefense tombado:

I - Escola de Oleiros "Joaquim Antônio de Medeiros";

---

<sup>24</sup> BLOG “MEMÓRIA ADOLPHO MELLO”. *Luto pela cultura*. São José, 29 jun.2019. Disponível em: <https://memoriatheatro.wixsite.com/memoriaadolphomello/single-post/2015/06/30/Luto-Pela-Cultura>

II - Escola do Mar;  
 III - Escola do Meio Ambiente/Horto Municipal;  
 IV - Complexo Hidrelétrico da Usina Gustavo Richard;  
 V - Câmara de Vereadores;  
 VI - Fórum/Tribunal do Júri;  
 VII - Prefeitura Municipal;  
 VIII - Centro Histórico de São José, incluindo: Igreja Matriz, Solar da Guarda Municipal, Theatro Adolpho Mello, Casa de Câmara e Cadeia, Biblioteca Pública Municipal "Professora Albertina Ramos de Araújo", Museu Histórico Municipal, Bica da Carioca, Praças Hercílio Luz e Arnaldo Souza e;  
 IX - Outras instituições que venham a ser julgadas de interesse público, educacional, histórico ou cultural.

Parágrafo único. As visitas, objeto desta Lei, devem ser configuradas como integrantes do Programa Político-Pedagógico da Rede Educacional de Ensino Público Fundamental de São José.

Como é possível observar, dentre a programação do projeto está a visita ao Theatro Adolpho Mello. Apesar do TAM fazer parte do roteiro somente no primeiro ano do projeto, os alunos puderam conhecer o interior do teatro, pois logo em março de 2013 o TAM foi interditado. O Theatro Adolpho Mello continua dentro do projeto ao longo desses anos, mas a sua visita se restringe a olhar a sua fachada e saber como o teatro era. Não encontrei informações que liguem diretamente a recuperação do TAM com o Projeto “Conhecer São José”, mas os dois se integram na proposta de promoção cultural realizadas pela FMCT.

Apesar de a iniciativa ser voltada para os estudantes das redes municipal, estadual e particular de ensino, outras instituições e grupos também podem participar do projeto desde que agendem as visitas.

Figura 7: Projeto Conhecer São José



Fonte: Prefeitura Municipal de São José. Projeto Conhecer São José leva estudantes para visitar o Centro Histórico da cidade. [06 junho de 2019].

De acordo a superintendente da FMCT, Joice Porto, “o projeto busca a valorização e o resgate da nossa história ao difundir a cultura local, e também possibilitar que os estudantes e público em geral tenham mais proximidade com o nosso Centro Histórico por meio das visitas guiadas”<sup>25</sup>.

O projeto que começou no ano de 2012 continua ainda a ser realizado, como podemos observar em notícia divulgada pela Prefeitura Municipal de São José em 6 de junho de 2019.

Nesta terça-feira (4), em parceria com a Fundação Municipal de Cultura e Turismo (FMCT), estudantes do Colégio Elisa Andreolli, localizado em Barreiros, participaram do projeto “Conhecer São José”, que promove visitas monitoradas ao Centro Histórico. A turma de aproximadamente 25 alunos do 3º ano do ensino fundamental teve a oportunidade de mergulhar na viagem através do tempo, guiada pelo historiador Nelson Félix.<sup>26</sup>

Ainda sobre a visita, uma estudante de 8 anos relata: “A nossa cidade é tão antiga e hoje conhecemos bastante sobre ela. Eu não conhecia quase nada sobre a história”. Sua fala reitera a proposta do projeto, e como ele auxilia na difusão da “história” do município<sup>27</sup>.

Em relação à importância do projeto, o secretário da Casa Civil Lédio Coelho, um dos idealizadores do projeto quando ainda era vereador, afirma:

É por meio da educação que se pode realizar boas ações e projetos que incentivem as crianças a conhecerem a importância dos valores históricos e ir além das salas de aula para ampliar o conhecimento. [...] Você só valoriza aquilo que conhece. A criança tem que conhecer o Centro Histórico da cidade e aprender sobre a cultura. Nesse projeto, os alunos têm a oportunidade de visitar locais que fazem parte do patrimônio histórico-cultural josefense e instituições ligadas ao Poder Público, como a Câmara Municipal.<sup>28</sup>

Apesar de concordar com o secretário Lédio Coelho que por meio da educação podemos realizar boas ações para a valorização cultural, é necessário ponderar alguns pontos em sua fala. Ao dizer que “a criança tem que conhecer o Centro Histórico da cidade e aprender sobre a cultura”, na sua visão esse processo se constitui como uma via de mão única: é a criança que tem que visitar e aprender sobre a cultura. Pressupõe-se que ela não possui cultura alguma, sua bagagem cultural é totalmente ignorada, o saber da criança é invalidado. Essa questão é ainda mais importante se considerarmos que São José é uma cidade que cresce com pessoas migrando de diferentes regiões do Estado e do Brasil.

<sup>25</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. *Projeto Conhecer São José leva estudantes para visitar o Centro Histórico da Cidade*. São José, [08 abr. 2019] Disponível em: <https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/projeto-conhecer-sao-jose-leva-estudantes-para-visitar-o-centro-historico>.

<sup>26</sup> Idem. *Projeto Conhecer São José leva estudantes para visitar o Centro Histórico da Cidade*. São José, [06 jun. 2019] Disponível em: <https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/projeto-conhecer-sao-jose-leva-estudantes-para-visitar-o-centro-histo>

<sup>27</sup> Ibidem.

<sup>28</sup> Ibidem.

Essa visão do secretário está ligada diretamente ao que o educador Paulo Freire chama de “educação bancária”, onde a educação se torna um ato de depositar conhecimento/saberes/informação, e nesse caso as crianças são colocadas na “situação passiva de receberem informações sobre o patrimônio a ser preservado” (DEMARCHI, 2018, p. 147).

Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. [...] Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber (FREIRE, 1997, p. 62).

Esse modo de pensar negligencia o conhecimento da criança/educando e legitima uma única autoridade, autor, intérprete para o patrimônio. Contrária à “educação bancária”, Paulo Freire (1996) propõe uma educação onde o conhecimento vem do educador e do educando, em que ambos aprendem um com o outro.

É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 1996, p. 12).

A educação patrimonial, não deve ser uma via de mão única, ela só se constrói se o educador e o educando aprendem juntos, se os saberes das crianças/ cidadãos são validados, pois a educação proporciona a troca de conhecimento e a liberdade de interpretação e não cabe a ela “determinar de antemão o que é patrimônio cultural nem quais são os significados que lhe serão atribuídos” (DEMARCHI, 2018, p. 159).

O projeto “Conhecer São José” é uma tentativa da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de estreitar o relacionamento entre a comunidade e os bens reconhecidos pela Prefeitura de São José, no entanto penso que poderia ser melhor explorado esse projeto, visto que nem todos os alunos nasceram em São José.

Além desse projeto criado em 2012, em 2014 foi criado pela FMCT a Feira da Freguesia.

#### **2.4.2. A Feira da Freguesia**

A Feira da Freguesia<sup>29</sup> é um evento cultural realizado pela Prefeitura Municipal de São José, por meio da FMCT. Sua primeira edição aconteceu em agosto de 2014 e desde então ocorre todo segundo domingo de cada mês no Centro Histórico de São José. De acordo com o

---

<sup>29</sup> FEIRA DA FREGUESIA. Para saber mais: <https://www.facebook.com/feiradafreguesia>.



site da PMSJ, o objetivo da Feira da Freguesia é “resgatar” a história das tradições locais e valorizar o Centro Histórico de São José, tornando-o um espaço de convívio para famílias e amigos.

Entre seus atrativos estão: artesanato, sebo, vestuário, antiguidades, música, dança, teatro, boi-de-mamão, manifestações artísticas, contação de histórias, feira de produtos orgânicos, gastronomia, visitas guiadas, exposições na Casa da Cultura Nésia Melo da Silveira e no Museu Histórico e oficinas na Biblioteca Pública Albertina Ramos de Araújo<sup>30</sup>.

Figura 8: Feira da Freguesia



Fonte: Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José. 2019.

A Feira da Freguesia conquistou o Troféu Açorianidade pelo Núcleo de Estudos Açorianos de Santa Catarina (NEA), na Festa da Cultura Açoriana de 2016 em Itajaí. Apesar de trazer algumas tradições locais, a feira não deve ser caracterizada como tipicamente açoriana, pois também permeia outros caminhos, trazendo elementos de cultura contemporânea para esse mesmo espaço.

A Feira trouxe de volta um pouco da vitalidade do Centro Histórico, um tanto esquecido por não ser mais considerado o “centro” da cidade. Sobre a edição especial de

---

<sup>30</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Feira da Freguesia. Disponível em: <https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/turista/feira-da-freguesia>

aniversário de 4 anos da Feira da Freguesia, realizada no dia 12 de agosto de 2018, a prefeita de São José, Adelina Dal Pont, ressalta a importância desse evento.

Hoje, após quatro anos do nascimento da Feira da Freguesia, sentimos muita alegria e orgulho por apostarmos em uma ideia que deu certo, possibilitando que a nossa cultura e a tradição voltassem a ser cultivadas e valorizadas pela comunidade, além de transformar o Centro Histórico em espaço importante de convívio para as famílias.<sup>31</sup>

É através das apresentações teatrais e das visitas guiadas que o Teatro Adolpho Mello se encaixa na programação da Feira da Freguesia. A visita guiada é conduzida por um guia de turismo que nos leva a visitar os principais patrimônios culturais presentes no Centro Histórico de São José. Em setembro de 2018, tive a oportunidade de participar de uma dessas visitas guiadas, por esse motivo vou expor um pouco do que observei a respeito da relação do TAM com a Feira da Freguesia. Cabe ressaltar aqui que no dia da visita guiada eu fui a única participante, o que me fez pensar que as pessoas têm diferentes tipos de interesses ao vir participar da Feira da Freguesia.

O Teatro Adolpho Mello foi interditado em 2013 e a Feira foi realizada somente em 2014, ou seja, durante esses 5 anos que acontece a Feira da Freguesia, ninguém que participou dela teve a oportunidade de conhecer o interior do Teatro, somente observar a sua estrutura externa e a distância. Visivelmente, o TAM pode passar despercebido num dia como o da Feira, o acesso é totalmente limitado, pois na sua frente encontram-se vários *foods trucks*, dificultando o acesso próximo a ele. Pode-se até pensar que essa dificuldade de acesso é proposital, para camuflar sua estrutura precária, mas pensar isso pode ser contraditório, visto que o TAM está no cronograma da visita guiada. Enquanto interditado, o teatro ganhou uma nova função, e seu estado de abandono e deterioração o transformou num objeto de referência visual, contemplação.

É possível observar que ao divulgar esses projetos, o poder público utiliza termos como “resgate da cultura”, “resgate da história”, “resgate da tradição local”, e é necessário que problematizemos o uso desse tipo de termo. A palavra “resgate” nos remete a “salvamento”, e ao utilizar essa palavra o poder público se coloca como “salvador” da cultura, da tradição, dos bons costumes, pois ao afirmar que necessita “resgatar a história das tradições locais”, é como se esse espaço não tivesse história/cultura alguma além da dita história/cultura “oficial” ou ainda como se a história fosse algo consolidado, que não pudesse ser

---

<sup>31</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Edição especial celebra os 4 anos da Feira da Freguesia neste domingo (12). São José, [08 ago. 2018] Disponível em: <https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/edicao-especial-celebra-os-4-anos-da-feira-da-freguesia-neste-domingo-12>

mudado. O uso do termo “resgate” está em desuso visto que a ideia de “resgate da tradição” já foi superado, pois, de acordo com Meneses (1992), o resgate da tradição é uma ilusão.

A tradição (memória exteriorizada como modelo) nunca se refere a nenhum corpo consolidado de crenças, normas, valores, referências definidas na sua origem passada, mas está suspeita permanentemente a dinâmica social. Finalmente, a heterogeneidade que pode estar presente na memória individual e, mais amplamente, no de grupos e coletividades, torna seu resgate ilusão (MENESES, 1992, p. 11).

Tanto a Feira da Freguesia quanto o projeto “Conhecer São José” são tentativas de aproximação da comunidade josefense com os bens reconhecidos pelo Estado [Prefeitura de São José] para que, por meio desses dois projetos, eles possam criar um vínculo com o Centro Histórico, a fim de valorizá-lo e preservá-lo. Essa questão nos faz pensar: “o que é essa comunidade josefense?”, “quem faz parte dessa comunidade de São José?”, “porque se quer aproximar a comunidade com esses bens?”. Se pararmos para pensar, há uns 50 anos atrás quem formava a comunidade josefense eram pessoas que nasceram e se criaram em São José, mas hoje a cidade é formada por pessoas que migraram de diferentes regiões do Estado e do Brasil, é uma comunidade bastante plural, diversa e que tem outras referências culturais. Cabe notar aqui que esses projetos acabam deixando de lado as outras referências culturais que formam a comunidade atualmente.

O projeto ‘Conhecer São José’ e a Feira da Freguesia não são projetos de Educação Patrimonial, mas a dimensão patrimonial está presente nestes projetos. Esses dois planos foram idealizados e realizados pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo, e essas iniciativas apontam para uma experiência de “patrimonialização” do Centro Histórico, diretamente vinculada a sua promoção como destino turístico.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso discutiu o processo de patrimonialização do Theatro Adolpho Mello, analisando a seleção desse bem como patrimônio; os valores que ele está representando e as ações da Prefeitura de São José voltadas para o patrimônio para a comunidade josefense. Pôde-se constatar, por meio das fontes, que o tombamento do Theatro Adolpho Mello ocorreu em caráter emergencial, em meio a políticas públicas defasadas e ao descaso com o patrimônio. O risco de demolição iminente, juntamente com o interesse da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José em promover a cultura do município, acarretou o tombamento emergencial de 22 bens históricos de São José. A escolha desses bens foi realizada pela FMCT/SJ, que elegeu os bens que considera ter valor histórico-cultural para o município de São José, o que não implica necessariamente no reconhecimento desses bens como patrimônios por parte da comunidade. É importante ressaltar que grande parte dos bens tombados em 2005 eram edificações centenárias que retratam o poder da elite econômica da época. Desse modo, o Theatro Adolpho Mello tornou-se Patrimônio Histórico-Cultural de São José devido ao “risco de desaparecimento”, e por ser uma edificação histórica que preserva o modo de vida da época.

O tombamento ocorreu por meio de um decreto, baseado na Lei Ordinária 1.605/1985, Art. 174, sobre o critério de “risco de desaparecimento”. Apesar da FMCT alegar que os decretos foram baseados na Lei de 1985 por uma questão de agilidade nos processos, podemos constatar também que o tombamento foi baseado na Lei de 1985 pois o município não havia instituído o Livro de Tombo, conforme previa a Lei 3.752/ 2001, ou seja, houve um desinteresse por parte do poder público em pôr em prática as políticas públicas de preservação. A falta de interesse também foi percebida ao analisar as políticas públicas de desenvolvimento cultural propostas no Plano Diretor de São José. O Plano Diretor vigente é de 1985, anterior ainda à Constituição Federal de 1988, ou seja, vários avanços no campo da preservação não estão constando nesse PD, tornando-o obsoleto e ineficaz. O município de São José possui um Plano diretor desatualizado, pois as novas propostas de PDs realizadas em 2004 e posteriormente em 2016 tiveram seu desenvolvimento descontinuado por agentes do poder público.

Além de analisar de que forma o Theatro Adolpho Mello tornou-se Patrimônio Histórico Cultural de São José, essa pesquisa possibilitou a discussão acerca do abandono e degradação dos patrimônios edificados e o descaso com as políticas de preservação. Apesar de o Theatro Adolpho Mello ser tombado municipalmente desde 2005, o que por lei é um ato

com o objetivo de preservar bens históricos, culturais, ambientais e arquitetônicos impedindo sua destruição e descaracterização, ele foi interditado em 2013 devido à degradação da sua estrutura, ocasionada pela falta de investimento e manutenção dos bens tombados. O tombamento não é garantia de preservação, para que isso aconteça é necessário que a preservação faça parte das agendas das políticas públicas e que a sociedade participe desse processo. No caso do Theatro Adolpho Mello, a junção entre a escassez de investimentos, políticas públicas defasadas e a falta de “identificação” com os bens patrimoniais pode ter ocasionado a degradação desse patrimônio. O descaso com a preservação e conservação dos patrimônios representa um retrocesso na democracia e nos direitos de cidadania.

A relação da comunidade josefense com o Theatro Adolpho Mello foi analisada principalmente por meio de dois projetos criados pela FMCT, o “Projeto Conhecer São José” e a “Feira da Freguesia”. Os dois projetos foram criados visando estreitar o relacionamento entre a comunidade e seus bens patrimoniais. Constatou-se que existe uma relação de aproximação entre a comunidade e o bem tombado quando os cidadãos vivem o patrimônio, criam relações e vínculos com ele. No caso do Theatro Adolpho Mello, os moradores que frequentaram o teatro/cinema e os professores, alunos e ex-alunos das oficinas teatrais criaram um vínculo maior de aproximação com o TAM. Apesar desses projetos trazerem de volta a comunidade para o Centro Histórico, aproximarem elas dos patrimônios, acaba muitas vezes que essa relação fica fadada a uma relação visual, de contemplação do monumento, como é o caso do Theatro Adolpho Mello após a sua interdição em 2013. Apesar do descaso cultural ter acompanhado a trajetória do Theatro Adolpho Mello, a Fundação Municipal de Cultura e Turismo tem apresentado ações que denotam certo esforço em garantir a restauração e reabertura do TAM.

O presente trabalho procura contribuir para o debate acerca do patrimônio cultural, iniciando a discussão sobre a patrimonialização do Theatro Adolpho Mello. Pretende-se com essa pesquisa instigar novos trabalhos a respeito do TAM e dos patrimônios culturais de São José, assim como outras abordagens, outras metodologias. A metodologia empregada nessa pesquisa foi a análise de fontes escritas primárias e secundárias, mas existem outras possibilidades de abordar o tema, a partir de outros caminhos metodológicos, como por exemplo, discutir a relação da comunidade josefense com o bem tombado, por meio da história oral.

Quando iniciei essa pesquisa, tinha expectativas de que, até finalizá-la, o Theatro Adolpho Mello fosse reaberto. Apesar disso não ter acontecido, espero que a sua reabertura não demore, que esse espaço possa abrir novamente suas portas ao público, que as pessoas

possam “viver” realmente o TAM, não vê-lo como um monumento de contemplação, e que seu espaço seja conservado e não sofra com o descaso novamente. Por fim, espero que eu tenha a oportunidade de assistir pela primeira vez uma peça teatral da Oficina Teatro Adolpho Mello nesse mesmo palco.

## FONTES

ADOLPHO Mello, um teatro bonito e mal aproveitado. **O Estado**, Florianópolis, p. 1, 13 mar.1988. Acervo BPSC: pasta Teatro.

AMORIM, Maristela. O Teatro Adolpho Mello está às moscas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, p.1, 01 fev.1988. Acervo BPSC: pasta Teatro.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. (003-Escritura Teatro – pasta Escritura do Teatro A. Mello – 0003-02) - **Correspondências e ofícios da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São José acerca da Escritura do “Theatro Adolpho Mello”**. Agosto de 2013 a agosto de 2014.

BAZZO, Dayane. Teatro Adolpho Mello, em São José, não tem data para reabrir. **Jornal Hora de Santa Catarina**, Florianópolis, 07 maio 2018. Disponível em: <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2018/05/teatro-adolpho-mello-em-sao-jose-nao-tem-data-para-reabrir-10332413.html>.

BAZZO, Dayane Revitalização do Centro Histórico de São José deve ser concluída até julho. **NSC Total**, Florianópolis, 29 jan.2019. Disponível em: <https://www.nscotal.com.br/noticias/revitalizacao-do-centro-historico-de-sao-jose-deve-ser-concluida-ate-julho>.

BLOG “MEMÓRIA ADOLPHO MELLO”. **Luto pela cultura**. São José, 29 jun.2019. Disponível em: <https://memoriatheatro.wixsite.com/memoriaadolphomello/single-post/2015/06/30/Luto-Pela-Cultura>.

CENTRO Histórico de São José ganha projeto de revitalização voltado ao mar. **ND online**. Florianópolis, 24 de mar.2017. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/centro-historico-de-sao-jose-ganha-projeto-de-revitalizacao-voltado-ao-mar/>.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Cartilha de Proteção Legal do Patrimônio Cultural**. Florianópolis, 2010.

FUNDAÇÃO de Cultura quer tornar São José em Cidade Histórica. **Oi São José**, São José, p.12, 13 mar.2013. Acervo BPSC.

GERLACH, Gilberto. A recuperação do Teatro Municipal e um capítulo da vida cultural de São José. **Revista Boi de Mamão**. Florianópolis, n.4, p. 6-7, jun.1981.

GERLACH, Gilberto. Teatro à venda e recuperação pela FCC. [Entrevista concedida a] **Blog Memória Adolpho Mello**. São José, 17 jun.2015. Disponível em: <https://memoriatheatro.wixsite.com/memoriaadolphomello/single-post/2015/06/18/Teatro-%C3%80-Venda-E-Recupera%C3%A7%C3%A3o-Pela-FCC>.

GONZAGA, Marcinho. Filho do Theatro Adolpho Mello. [Entrevista concedida a] **Blog Memória Adolpho Mello**. São José, 01 jun.2015. Disponível em: <https://memoriatheatro.wixsite.com/memoriaadolphomello/single-post/2015/06/01/Filho-Do-Theatro-Adolpho-Mello>.

HOFFMAM, Geraldo. Teatro Adolpho Mello – Arte entregue às baratas. **Jornal de Santa Catarina**, Florianópolis, p.24, 07 abr.1987. Acervo BPSC: setor de obras raras.

LEIS MUNICIPAIS. **Lei nº 7752**, 27 nov. 2001. São José. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-jose/lei-ordinaria/2001/376/3752/lei-ordinaria-n-3752-2001-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-artistico-e-natural-do-municipio-cria-o-orgao-competente-e-da-outras-providencias>

MARTINS, Cauê. [Entrevista concedida a] **Jornal do Almoço (JA)**. Florianópolis: RBS, 28 ago.2013. Programa de TV. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2787146/>.

MEMÓRIA coletiva: patrimônio histórico é testemunha do desenvolvimento da cidade. **Oi São José**, São José, ano XVI, nº 172, set.2010. Disponível em: [http://www.oisaojose.com.br/site/index.php?ed=172&pag=show\\_editorial&editorial\\_atual=5&total=2&materia=1339](http://www.oisaojose.com.br/site/index.php?ed=172&pag=show_editorial&editorial_atual=5&total=2&materia=1339).

MONUMENTOS tombados em São José. **Oi São José**, São José, p. 7, out.2005. Acervo BPSC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. **Decreto nº. 18.706/2005**. Teatro Municipal Adolpho Mello, Praça Hercílio Luz, s/n - Centro Histórico. Inscrição Cadastral nº. 0102.016.0070-001. Disponível em: [https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Decretos\\_de\\_tombamento\\_dos\\_bens\\_hist%C3%B3ricos\\_do\\_munic%C3%ADpio.pdf](https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Decretos_de_tombamento_dos_bens_hist%C3%B3ricos_do_munic%C3%ADpio.pdf).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Sessões da Conferência Final do Plano Diretor de São José são suspensas. Plano Diretor Participativo. 27 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/sesoes-da-conferencia-final-do-plano-diretor-de-sao-jose-sao-suspensas>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Edição especial celebra os 4 anos da Feira da Freguesia neste domingo (12). São José, [08 ago. 2018] Disponível em: <https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/edicao-especial-celebra-os-4-anos-da-feira-da-freguesia-neste-domingo-12>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Projeto Conhecer São José leva estudantes para visitar o Centro Histórico da Cidade. São José, [08 abr. 2019] Disponível em: <https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/projeto-conhecer-sao-jose-leva-estudantes-para-visitar-o-centro-historico>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Projeto Conhecer São José leva estudantes para visitar o Centro Histórico da Cidade. São José, [06 jun. 2019] Disponível em: <https://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/projeto-conhecer-sao-jose-leva-estudantes-para-visitar-o-centro-histo>.

RAMELLA, Cleide. Teatro Adolpho Mello aguarda o tombamento. **O Estado**, Florianópolis, p.3, 04-05 maio 1996. Acervo BPSC: pasta Teatro.



REABERTO festivamente o Teatro Municipal de São José, hoje teatro “adolfo melo”. **Jornal de São José**, São José, p.6-7, 01 jan. 1982. Acervo BMSJ.

RESTAURAÇÃO do Teatro Adolpho Mello, em São José, deve começar em quatro meses. **NSC Total**, Florianópolis, 23 fev.2019. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/restauracao-do-teatro-adolpho-mello-em-sao-jose-deve-comecar-em-quatro-meses>.

ROSA, Gabriel. Casarão tombado em Florianópolis é demolido e IPUF denuncia dono por crime contra patrimônio histórico. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05 ago. 2013. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2013/08/casarao-tombado-em-florianopolis-e-demolido-e-ipuf-denuncia-dono-por-crime-contr-patrimonio-historico-4223905.html>.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO JOSÉ (SDU). **Plano Diretor de uso do solo**. São José, 1985.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO JOSÉ (SDU). **Projeto de Revisão do Plano Diretor de São José (SC) - PRPDSJ**. Leitura da Cidade. Análise e diagnóstico. São José, abril de 2004.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO JOSÉ (SDU). **Proposta para projeto de lei do Plano Diretor do Município de São José (SC) – PPDSJ**. São José, Agosto de 2004.

SECRETARIA DE URBANISMO E SERVIÇOS PUBLICOS DE SÃO JOSÉ. (SUSP) **Proposta de Plano Diretor Participativo de São José/SC - Versão Preliminar para Consulta Pública**, 18 de janeiro de 2016. Disponível em: [https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Vers%C3%A3o\\_Preliminar\\_da\\_Proposta\\_de\\_Plano\\_Diretor\\_Participativo\\_de\\_S%C3%A3o\\_Jos%C3%A9.pdf](https://www.saojose.sc.gov.br/images/uploads/geral/Vers%C3%A3o_Preliminar_da_Proposta_de_Plano_Diretor_Participativo_de_S%C3%A3o_Jos%C3%A9.pdf).

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL. **Cartilha do Patrimônio Histórico de São José – 2011**. Disponível em: <http://ptdocz.com/doc/276386/cartilha-final---prefeitura-municipal-de-s%C3%A3o-jos%C3%A9>.

THEATRO Adolpho Mello é interditado pela Defesa Civil de São José. **Oi São José**, São José, p.14, 13 mar.2013. Acervo BPSC.

THEATRO Adolpho Mello aguarda tombamento. **Jornal “O Estado”**, Florianópolis, 04 maio, 1996. Acervo BPSC.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Introdução. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. DP & A, 2003.

ALBUQUERQUE, Umbelino Peregrino de. Patrimônio cultural: uma construção de cidadania. In: TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência no Iphan na Paraíba, 2012. Disponível em: [https://issuu.com/daniellalira/docs/caderno\\_tem\\_tico\\_02\\_\\_baixa\\_resolu\\_\\_o?viewMode=doub lePage](https://issuu.com/daniellalira/docs/caderno_tem_tico_02__baixa_resolu__o?viewMode=doub lePage).

ARAGÃO, Ivan Rêgo; CARVALHO, Karoliny Diniz. Turismo, Cultura e Memória: estudo sobre dois Patrimônios Culturais da Humanidade no Brasil. **Turismo em Análise**, v. 24, n. 3, 2013.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Uso e mau uso dos arquivos. **Fontes históricas**, 2005.

BUENO, Maria de Fátima Guimarães. Educação patrimonial e a preservação de bens históricos: construindo alternativas no diálogo com gestores públicos. **Revista Cadernos do Ceom**, v. 22, n. 31, p. 297-314, 2009.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 163-175, 2005.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, C.; TAVARES, M. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. **Sociedade e Território**, v. 28, n. 2, p. 117-135, 2016.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia; FEITOSA, Luiz Tadeu; MOTA, Dayane Paula Ferreira; Informação, memória e patrimônio cultural Information, memory and cultural heritage. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 20, n. 2, p. 298-312, 2015.

CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. DP & A, 2003.

CORRÊA, Rafaella Krüger. **São José – Sc: Dimensões Do Lugar Enquanto Espaço De Produção E Consumo De Atividades De Lazer E Turismo Na Grande Florianópolis**. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, UFSC Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/89576>>.

DEMARCHI, João Lorandi. O que é, afinal, a educação patrimonial? **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 140-162, 2018.

DIAS, Adriana Fabre. **A reutilização do patrimônio edificado como mecanismo de proteção: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis.** UFSC (Dissertação)- 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102001>.

FAGUNDES, Rodrigo de Souza. – **Um Museu Em Um Centro Histórico Correlações Do Museu Histórico Municipal De São José, Com O Centro Histórico De São José / Sc.** 2013. 49 f. TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Museologia, UFSC, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/115471>>

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio.** 2012. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/referencia\\_2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. Educação “bancária” e educação libertadora. **Introdução à psicologia escolar**, v. 3, p. 61-78, 1997.

FUNARI, P.P.A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, 41, 2001.

GASPARINI, Audrey. **Tombamento e a transferência do direito de construir.** Belo Horizonte: Fórum, 2005.

GERLACH, Gilberto; MACHADO, Osni. **São José da Terra Firme.** São José: Clube de Cinema Nossa Senhora do Desterro, 2007.

GONZAGA, Jeferson Ribeiro. **Limites e possibilidades sobre o tombamento do patrimônio histórico de Muqui/ES.** (Dissertação) 2005 Disponível em: <http://docplayer.com.br/9272314-Limites-e-possibilidades-sobre-o-tombamento-do-patrimonio-historico-de-muqui-es.html>.

GRIGOLETO, Maira Cristina; MARAÑÓN, Eduardo Ismael Murguía. **O documento e seu valor patrimonial. Os processos de tombamento do museu histórico e pedagógico “Prudente de Moraes,** 2013. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xenancib/paper/viewFile/3313/2439>.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

MACHADO, Luciana Altavilla VP; PEREIRA, Maria de Lourdes D.; As políticas públicas para a preservação do patrimônio. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 1, n. 2, 2008.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9-23, 1992.

MOTA, Dayane Paula Ferreira; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; FEITOSA, Luiz Tadeu. Informação, memória e patrimônio cultural Information, memory and cultural heritage. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 20, n. 2, p. 298-312, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

PAIM, Elison. Educar para a memória e o patrimônio: possibilidades expressas no livro ditico “Santa Catarina” – interagindo com a história. In: GALZERANI, Maria Carolina Bovério; BUENO, João Batista Gonçalves; PINTO Jr, Arnaldo. **Paisagens da Pesquisa Contemporânea sobre o Livro Didático de História** – Paco Editorial; Campinas: Centro de Memória/ Unicamp, 2013.

PASSOS, Joana Célia dos; NASCIMENTO, Tatiana Tomázia do; NOGUEIRA, João Carlos. O patrimônio cultural afro-brasileiro: São José, um estudo de caso. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 195-214, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101862016000100195&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101862016000100195&script=sci_abstract&tlng=pt)>.

PEREIRA, Júnia Sales; ORIÁ, José Ricardo. Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 20, n. 1, p. 161-171, 2012.

PEREIRA, Pedro Mülbersted. **O Processo De Patrimonialização Da Fortaleza De Santa Cruz De Anhatomirim: Discursos, Restauro, Usos (1970 – 1992)**. 2016. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSC, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/174879>>.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RIOS, Hellen Martins. **"Preserve" ou "deixe ruir"? Processos de patrimonialização da ponte Hercílio Luz (Florianópolis-SC)**. UFSC (Dissertação) 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/167872/340361.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

SCHWERZ, João Paulo. **Valores e conflitos na preservação do patrimônio cultural: o olhar técnico e o olhar comum na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo (RS)**. Dissertação (mestrado) UFSC, Centro Tecnológico, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106669>.

SILVA, Tatiana Cristina da. **Centro Histórico de São José: patrimônio e memória urbana**. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia, UFSC). Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/88531>.


SILVA, Georgia Patrícia da ; FALCÃO, Márcia Teixeira; BARBOSA, Maria Aparecida Ferreira. O caso e o descaso o patrimônio cultural da cidade de boa vista-RR. **CULTUR-Revista de Cultura e Turismo**, v. 5, n. 2, p. 61-75, 2011.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista de história e estudos culturais**, v. 7, n. 2, p. 1-12, 20, 2010


## ANEXOS

## ANEXO 1- Decreto nº 18.706/2005 “Theatro Adolpho Mello”

23.09.05



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Gabinete do Prefeito



São José

**DECRETO Nº 18.706/2005**

**TOMBA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO,  
CULTURAL O THEATRO ADOLPHO MELLO E DA  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de São José, amparado no que dispõe a Lei Orgânica do Município de São José, em seu artigo 143, inciso IV e no que dispõe a Lei Ordinária 1605/1985, em seu artigo 174.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica tombado, por seu valor histórico, artístico e arquitetônico, o imóvel, com inscrição cadastral nº 0102.016.0070-001, localizado à Praça Hercílio Luz s/n, Centro Histórico, São José a fazer parte do Patrimônio Histórico e Artístico do Município.

**Art. 2º** - O tombamento abrange o exterior e interior da edificação, que devem ser totalmente conservadas ou restauradas, bem como as obras os painéis do artista plástico Rodrigo de Haro.


**Parágrafo Único** - Quanto ao interior da edificação ficam ressalvadas as obras e conservação que se fizerem necessárias, bem como ao bom uso do imóvel, a serem aprovadas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Social (SEPLAN).

**Art. 3º** - Fazem parte do presente Decreto as justificativas de tombamento e fotografias da fachada e interior.

**Art. 4º** - Na área do entorno qualquer interferência deverá ter a aprovação prévia da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Social (SEPLAN).

**Art. 5º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de São José(SC), 22 de Setembro de 2005.



**FERNANDO MELQUADES ELIAS**  
Prefeito Municipal

Órgão Executivo Municipal de São José  
Vila São José

## ANEXO 2: Parecer da Prefeitura Municipal de São José - Tombamento Theatro Adolpho Mello -2005

Decreto n.º 18.706/2005. Theatro Municipal Adolpho Mello – Praça Hercílio Luz, s/n - Centro Histórico – Inscrição Cadastral n.º 0102.016.0070-001.

|  |                  |  |
|--|------------------|--|
| Proprietário: Prefeitura Municipal de São José   |                  |  |
| Descrição:   |                  | Cadastro N°                            |
| Rua:   | N°               |  |
| Bairro:  | Cidade: São José | UF: SC                                 |
| <input type="checkbox"/> Residencial <input type="checkbox"/> Comercial <input type="checkbox"/> Misto <input type="checkbox"/> Religioso <input type="checkbox"/> Público |                  |  |
| Estado de Conservação: <input type="checkbox"/> Em Ruínas <input type="checkbox"/> Mau Estado <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Bom                |                  |  |
| Ocupação: <input type="checkbox"/> Ocupado <input type="checkbox"/> Vago <input type="checkbox"/> Parcial/Ocupado  | N° Pavimentos:   |  |
| Observações/Detalhes importantes:  |                  |  |
| São José, / /  |                  | Responsáveis Técnicos: Ademir e Vilmar |

**Parecer:** A pujança econômica gerada pela abertura da estrada que ligava Lages a São José, transformou enormemente as características da pequena freguesia de São José. Grandes casas comerciais foram abertas na região da Praia Comprida, todo esse impulso econômico gerou também num aumento da importância política. Neste contexto São José será elevado a categoria de cidade em 1856, a elite josefense terá também um crescimento na área cultural. Já em 1854 São José abrigava um grupo teatral chamado "Sociedade União Theatral", estes encenavam e apresentavam espetáculos na sede do salão paroquial da Igreja Matriz. Neste interim é que será iniciada a construção de uma casa de espetáculos.

No dia 17 de setembro de 1854 foi lançada em festividades a pedra da construção, e dois anos mais tarde, em 21 de junho de 1856, exatamente no mesmo dia da elevação de São José aos foros de Cidade era inaugurado o edifício do Theatro Municipal de São José.

Tinha na época de sua construção características rústicas coloniais, funcionado como teatro quando até os anos 1924, quando passa por grande reforma. Neste ano são aplicadas diversas mudanças estéticas, sendo construídas platibandas. Modificou-se significativamente seu estilo, sofreu ainda adaptações para abrigar instalações do Cinema Cine York. Durante mais de 30 anos abrigou diversos cinemas e sofreu diversas reformas que modificaram muito suas estruturas. Fechado para reformas em 1964, só foi reaberto em 1981 - já com o nome Theatro Adolpho Mello - após uma grande reforma realizada pela Fundação Catarinense de Cultura. Em 1994 depois de 10 anos sob responsabilidade do Governo do Estado de Santa Catarina, retorna a prefeitura Municipal de São José.

Atualmente voltou a ser casa de espetáculos, tendo apresentações de grupos em nível estadual e nacional, além disso, é escola de teatro, de danças, de música e etc...

O Theatro Municipal de São José é a mais antiga casa de espetáculos do Estado de Santa Catarina e uma das mais antigas do Brasil.

A preservação do Theatro Municipal é fundamental para mostrar a importância cultural que a cidade de São José teve no início do Século XIX, podendo ser considerada a capital cultural da então província de Santa Catarina. Além disso, várias são as lembranças de namoros que geraram

uniões duradouras no "escurinho do cinema", ou de tantas outras lembranças deste maravilhoso espaço cultural.

